



MEDIEVALISTA

N.º 34 | Julho – Dezembro 2023

ISSN 1646-740X

---

**No rasto da guerra:  
exorcizar o medo na Lisboa de finais de Trezentos**

**In the wake of war:  
exorcising fear in late 14th century Lisbon**

*Iria Gonçalves*

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
Instituto de Estudos Medievais  
Centro de Estudos Históricos  
1070-312 Lisboa, Portugal

Data recepção do artigo / Received for publication: 3 de Dezembro de 2022

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 16 de Fevereiro de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.6876>

## RESUMO

Nos finais do século XIV Lisboa viveu dias de grande ansiedade e sofrimento, mercê das guerras em que Portugal se encontrou envolvido com Castela, exacerbados pelo facto de se encontrar no lugar proeminente que já então era o seu. Convictos de que as desgraças que lhes aconteciam eram castigo divino pelos pecados cometidos, os cidadãos “honrados” de Lisboa elencaram os mais nefandos desses pecados, proscritos e cominados com penas pecuniárias e programada uma grande série de cerimónias religiosas em seu desagravo. O desfecho da batalha de Aljubarrota, a provar que Deus ouvira as suas preces, levou-os, como sinal do seu agradecimento, a aumentar as acções de louvor anteriormente determinadas com promessas de emenda.

**Palavras-chave:** Lisboa, pecados públicos, medo, angústia, cerco.

## ABSTRACT

At the end of the 14th century Lisbon experienced days of great anxiety and suffering, due to the wars in which Portugal was involved with Castile, exacerbated by the fact that its already preeminent place in the realm. Convinced that the misfortunes that befell them were divine punishment for the sins committed, the "honourable" citizens of Lisbon listed the most nefarious of those sins, proscribed and punished with pecuniary penalties and a great series of religious ceremonies was planned in their favour. The outcome of the battle of Aljubarrota, proving that God had heard their prayers, led them, as sign of gratitude, to increase the actions of praise previously determined with promises of amendment.

**Keywords:** Lisbon, public sins, fear, anguish, siege.



Os últimos tempos tinham sido muito duros para Lisboa. Em boa verdade tinham sido muito duros para todo o reino, mas de um modo talvez diferente e sem dúvida mais violento, para Lisboa. A cidade tinha crescido em espaço, mas sobretudo em poder e riqueza e adquirira um significado sem par dentro do País. Era reconhecida, sem contestação, como a “cabeça do reino”, desempenhava já diversas funções de capitalidade e caminhava a passos seguros para se tornar, na verdade, uma capital. E isso, que envaidecia os seus moradores e de uma maneira especial os seus dirigentes, manifestou-se, na circunstância, muito em seu desfavor, trazendo-lhe maior sofrimento do que a qualquer outra cidade ou vila deste reino. Aqui, as feridas da guerra tinham sido mais largas e profundas. A cicatrização demoraria muito a ser feita.

## **I – As desventuras de Lisboa**

### **1 – Um as defesas fixas, fortes mas exíguas**

Lisboa nascera no cimo de um morro sobranceiro ao Tejo, num sítio ideal para nele ser implantada uma cidade que se destinasse a crescer e a prosperar<sup>1</sup>. E Lisboa cresceu e prosperou. Desceu lá do alto e deslizou, colina abaixo, até se deter à beira-rio. E precisou proteger-se. Para isso obteve uma forte muralha que a partir lá do cimo, da cidadela, desceu depois, de um lado e do outro do casario, para se fechar ao longo de toda a área ribeirinha que, na altura, já se encontrava povoada. Era a chamada cerca moura<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> RIBEIRO, Orlando – “Le site et la croissance de Lisbonne”. In *Opúsculos geográficos*. Vol. V - *Temas urbanos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, p. 29; RIBEIRO, Orlando – “Em torno da estrutura de Lisboa”. In *Opúsculos geográficos*. Vol. V - *Temas urbanos*, p. 65.

<sup>2</sup> O traçado da chamada cerca moura é bem conhecido e desde há muito. Veja-se SILVA, A. Vieira da – *A cerca moura de Lisboa. Estudo histórico descritivo*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1939, sobretudo o mapa III, entre as pp. 58-59.

Mas Lisboa continuou a crescer e rapidamente transbordou para fora dos limites que lhe haviam sido impostos. Quando Afonso Henriques, em 1147, a cercou com o auxílio dos cruzados e conseguiu integrá-la no nascente reino português, ela tinha já saído, para Oriente, pela porta de Alfama<sup>3</sup>, mas sobretudo para Ocidente, pela porta do Ferro<sup>4</sup>, a criar dois arrabaldes<sup>5</sup>, ambos encostados à beira-rio. Bairros que continuaram a crescer, até porque as condições geográficas dos terrenos em que se implantavam eram das mais propícias. Sobretudo no que dizia respeito ao espaço que se espalhava para Ocidente, onde se foi desenvolvendo a parte mais rica, dinâmica e influente da cidade.

Após o cerco colocado por Afonso Henriques, Lisboa viveu mais de dois séculos sem voltar a ser seriamente assediada. Sofreu, é certo, vários ataques da pirataria, muçulmana e outra, infligidos a partir do “seu mar” – o Mar da Palha<sup>6</sup> – e dirigidos de uma maneira especial, ao arrabalde que largamente se dilatara para Ocidente. Era aí que se iam acumulando algumas funções centrais, que se iam instalando as famílias mais proeminentes, que se abria a tão fabulosa e exaltada Rua Nova, famosa pela sua largura, pelos belos prédios que a definiam de um e outro lado, pelo luxo e requinte do comércio que aí se desenvolvia, pelas fortunas que aí se avolumavam<sup>7</sup>. Era, pois, este espaço, o mais lucrativo para uma expedição de pirataria, quando bem sucedida. Como dissuasor e obstáculo para estas incursões depredatórias, D. Dinis promoveu a construção da chamada muralha da Ribeira<sup>8</sup>.

<sup>3</sup> A porta de Alfama situava-se sobre a actual Rua de S. João da Praça, perto de onde desemboca a travessa do Chafariz de El-Rei (SILVA, A. Vieira da – *A cerca moura de Lisboa*, mapa VI e p. 163). Era a saída natural, nesse lado da cidade, para as terras mais propícias a receberem o povoamento.

<sup>4</sup> A porta do Ferro situava-se no actual Largo de Santo António da Sé (SILVA, A. Vieira da – *A cerca moura de Lisboa*, mapa IV, entre a pp. 100-101 e pp. 83-84).

<sup>5</sup> Tanto o cruzado inglês que nos deixou memória da conquista da cidade como o autor da notícia sobre a fundação do mosteiro de S. Vicente falam na existência desses arrabaldes aquando da conquista: *A conquista de Lisboa aos mouros (De expugnatione Lyxbonensi). Relato de um cruzado*. Ed. e tradução de Aires A. Nascimento, introd. de Maria João V. Branco, 3.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Nova Vega, 2018; “Notícia da fundação do mosteiro de S. Vicente”. In *A conquista de Lisboa aos mouros*, ed. cit., p. 181; BRANCO, Maria João – “A conquista de Lisboa revisitada”. *Arqueologia medieval* 7 (2001), p. 221.

<sup>6</sup> Assim se chamava, na Idade Média, o dilatado golfo que o Tejo abre, fronteiro a Lisboa, designação que não era única entre nós. Também, como exemplo, era por “mar” que se designava o estuário do Sado, frente a Alcácer do Sal (PEREIRA, Maria Teresa Lopes – *Alcácer do Sal na Idade Média*. Lisboa: Colibri, 2000, p. 85).

<sup>7</sup> Sobre a caracterização deste espaço veja-se GONÇALVES, Iria – “Na Ribeira de Lisboa em finais da Idade Média”. In *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, pp. 61-75.

<sup>8</sup> Sobre o traçado deste muro pode ver-se o minucioso trabalho de SILVA, A. Vieira da – *As muralhas da Ribeira de Lisboa*. 2.<sup>a</sup> ed., vols. I e II. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1940-1941, mas sobretudo o mapa de final do vol. I.

É certo que este, aliás dilatado pano de muralha, foi útil para o fim a que se destinava e desempenhou galhardamente o seu papel, embora os cuidados do soberano se tivessem limitado a proteger a parte mais exposta, pois que todo o arrabalde oriental continuou desprotegido. Todavia, para um assédio em forma, um cerco com arraiais implantados ao longo de toda a superfície urbana, com homens de armas decididos a permanecer, a lutar, a esperar o tempo necessário para a tomada da cidade, aquelas muralhas eram inúteis. O que, naturalmente, ficou em sobejo provado quando do cerco estabelecido por Henrique II de Castela, a que adiante me referirei.

Só a cerca mandada construir por D. Fernando, a englobar todas as áreas já caseadas e a incluir no seu interior, como, aliás, era hábito, espaços devolutos, vários dos quais se mantiveram agricultados em hortas até bastante tarde<sup>9</sup> é que trouxe alguma segurança à cidade, permitindo-lhe, ao mesmo tempo, crescer internamente e poder albergar, em caso de perigo, os moradores do termo que nela procuravam refúgio e protecção.

O que não era pequena coisa, nos tempos conturbados que então se viviam.

## 2 - As desgraças de um passado próximo

Como é sabido e como bastante se tem estudado entre nós, as guerras em que D. Fernando se envolveu com Castela foram em tudo desastrosas para Portugal. Não é este o momento próprio para voltar a estudá-las<sup>10</sup> e importam aqui sobretudo as consequências que acarretaram a Lisboa, e como a cidade reagiu perante elas.

Gorados os projectos de D. Fernando, no sentido de obter para si próprio a coroa de Castela, objectivo com que lhe haviam acenado alguns nobres galegos, descontentes,

---

<sup>9</sup> Em Lisboa, o caso do Rossio é talvez paradigmático, o que me parece ter ficado expresso em GONÇALVES, Iria - “Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia”. In *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, p. 23, nota 72.

<sup>10</sup> De momento limitar-me-ei a lembrar o breve mas elucidativo trabalho de MARTINS, Armando Alberto - *Guerras fernandinas: 1369/1382*. Matosinhos - Lisboa: QuidNovi, 2008, mas adiante irei citando vários outros trabalhos e fontes, como apoio deste ensaio.

na sequência do assassinio de Pedro I, por seu irmão Henrique de Trastâmara e abandonado que estava esse objectivo, ao rei português não deve ter desagradado a proposta de aliança vinda de Inglaterra, onde, por sua vez, nasciam pretensões ao mesmo trono castelhano. Conhecidas em Castela estas negociações. Henrique II organizou o seu exército para uma entrada preventiva em Portugal, tendo desde logo, como objectivo principal, Lisboa, a qual lhe asseguravam ser a chave do reino e poder ser tomada com alguma facilidade e rapidez<sup>11</sup>.

E Henrique II entrou poderosamente em Portugal, por Almeida, e quase sem desvios dirigiu-se a Lisboa<sup>12</sup>. A entrada tinha sido bastante repentina e imprevista, o monarca português entrincheirara-se em Santarém, e Lisboa não teve condições para se preparar com vista a um assédio em forma. Aliás os lisboetas deviam esperar que na passagem do exército castelhano nas imediações de Santarém, D. Fernando se tivesse preparado para lhe tolher o passo, porque o Cronista nos diz que quando verificaram que isso não acontecia, “forom postos em muito cuidado por a gram perda que de receber entendiam”, e alguns diziam mesmo “que era bem de se juntarem todos, e hir pelleiar com el Rei de Castela aa ponte de Loiras, e alli morrerem ante assumados, que esperarem de sofrer tamanho mal como esperavom receber por sua vijnda”<sup>13</sup>. Era já uma atitude desesperada aquela que alguns lisboetas preconizavam.

Na verdade Lisboa apresentava-se, talvez até aos olhos dos próprios habitantes, como uma presa fácil. Sem tempo para se abastecer, com o rei aparentemente desinteressado pela sua sorte, sem uma chefia de provada eficiência e com a maior parte da sua população já estabelecida fora das muralhas – Fernão Lopes di-la “devassa e sem nenhuum muro, hu avia mais gente”<sup>14</sup> – apareceria quase inerte aos olhares gulosos de Henrique II e do seu exército. A única defesa segura era ainda a

---

<sup>11</sup> Estas linhas devem muito a MARTINS, Armando Alberto – *Guerras fernandinas*, pp. 51-62.

<sup>12</sup> Este como os demais itinerários seguidos pelos exércitos português e castelhano em todas as operações militares levadas a efeito no desenvolvimento destas guerras, já foram publicados por vários investigadores. Pode ver-se, por exemplo, MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Vol. IV de *Nova História de Portugal*. Dir. A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão. Lisboa: Ed. Presença, 1987, p. 517.

<sup>13</sup> LOPES, Fernão – *Crónica do senhor rei dom Fernando nono rei destes reinos*. Introd. de Salvador Dias Arnaut. Porto: Civilização, 1966, cap. LXXIII, pp. 193-194.

<sup>14</sup> LOPES, Fernão – *Crónica do senhor rei dom Fernando*, cap. LXXIII, p. 193.

velha cerca moura, mas os escassos dezasseis hectares que ela resguardava<sup>15</sup> tinham-se tornado insuficientes, e desde há muito tempo, para dar guarida, sequer, à maior parte dos seus moradores. Não contando com aqueles que, do termo, aí viessem procurar refúgio.

Eram, todavia, umas fortes muralhas, estas. Quando Afonso Henriques as assediou e reiteradamente combateu, em 1147, em conjunto com os cruzados, só conseguiu danificar um dos seus panos, e se tomou a cidade foi após uma rendição negociada e não mercê de uma vitória alcançada pela força das armas, não tendo ficado a cidade arruinada nem despovoada<sup>16</sup>. E elas estavam ainda, essas muralhas, à chegada de Henrique II, perfeitamente operacionais. Porém, se dois séculos antes se mostravam já insuficientes para acolher todos quantos na cidade pretendiam fixar a sua morada – a existência dos arrabaldes atrás mencionados indicia isso mesmo<sup>17</sup> – para mais numa época de guerra endémica como era aquela que então se vivia, o problema tinha-se, entretanto, agudizado sobremaneira. De acordo com Gérard Pradalié, no século XII a almedina seria já um espaço de construção contínua e por volta de 1210-1230 o complexo paroquial encontrava-se completamente organizado<sup>18</sup>, o que bem mostra a densidade de povoamento que já então devia suportar.

<sup>15</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira – “Lisboa”. In MARQUES, A. H. de Oliveira; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar (coord.) - *Atlas de cidades medievais portuguesas (séculos XII-XV)*. Vol. I. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, p. 55), regista, para o conjunto da alcáçova e da almedina, 15,68h aproximadamente, aceitando aqui os cálculos de SILVA, A. Vieira da – “Os limites de Lisboa”. In *Dispersos*. Vol. I. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1954, p. 59. Eram, no entanto, já o haviam provado e voltariam, na altura, a fazê-lo, umas fortes muralhas, capazes de se tornarem um obstáculo de respeito para qualquer inimigo. Aliás, ao menos em relação ao castelo, o autor acima citado, grande conhecedor do assunto, di-lo uma das mais fortes construções militares erigidas em território português durante a Idade Média: SILVA, A. Vieira da – “A acção do castelo de Lisboa nas guerras e revoluções em Portugal”. In *Dispersos*. Vol. I, p. 144.

<sup>16</sup> BARBOSA, Pedro Gomes – *A conquista de Lisboa – 1147 – a cidade reconquistada aos mouros*. Lisboa: Tribuna da História, 2004, pp. 63-69; BRANCO, Maria João – “A conquista de Lisboa revisitada”, pp. 217-234. Também as palavras de COELHO, António Borges – “Lisboa nos dois primeiros séculos após a “Reconquista””. *Arqueologia medieval* 7 (2001), pp. 235-242, vão no mesmo sentido.

<sup>17</sup> É certo que muitas cidades despovoavam o circuito amuralhado para alastrarem o povoamento por campo aberto, mas isso acontecia quando os muros defensivos se limitavam a circundar a alcáçova, esta estabelecida, numerosas vezes, por razões estratégicas, em locais de difícil acesso. É certo que também com a alcáçova de Lisboa isso acontecia, mas a medina deslizava colina abaixo, por terrenos que não sendo propriamente planos, também não são avessos ao estabelecimento da população.

<sup>18</sup> PRADALIÉ, Gérard – *Lisboa da Reconquista ao fim do século XIII*. Trad. de Maria Teresa Campos Rodrigues. Lisboa: Palas Editores, 1975, pp. 38-40.

Era para este pequeno espaço que os lisboetas, à pressa e desordenadamente se lançavam, transportando todos os bens e mantimentos que podiam carregar<sup>19</sup>, aí se acogulando apertadamente e por certo disputando qualquer palmo de chão onde fosse possível colocar os pés.

Entretanto Henrique II, progredindo do Lumiar, começava a instalar o seu cerco e a fazer desfilar, perante os olhos angustiados da gente de Lisboa, o espectáculo da sua força guerreira, dos seus homens, dos seus apetrechos bélicos, também das suas riquezas. Quando, pouco tempo depois, a frota castelhana, proveniente de Sevilha, entrava no golfo do Tejo e punha em fuga os navios portugueses que aí se encontravam fundeados e fechava o cerco pelo lado do rio<sup>20</sup>, restavam aos sitiados apenas duas coisas: esperar e resistir. E eles esperaram e resistiram. Esperaram vendo, impotentes e consternados, como o inimigo assolava todos os campos dos arredores, destruindo num ápice, longos anos de trabalhos árduos, alguns deles, eventualmente, fazedores dos sonhos de uma vida; assistindo, ao largo de todo o seu horizonte visual, a atropelos da mais variada ordem, ao saque, à destruição, ao incêndio de grande parte da sua cidade, da parte mais nobre e rica, ao desaparecimento das suas casas, dos bens que não haviam podido transportar consigo<sup>21</sup>.

Resistiram unindo-se e trabalhando em conjunto para se defender; armando-se com as armas que possuíam e procurando outras nos armazéns da cidade, ao que os próprios eclesiásticos se não conservaram alheios<sup>22</sup>; aguentando com firmeza os inúmeros e violentos ataques castelhanos e ripostando sempre, tanto quanto podiam; postando uma vigilância, constante e atenta, para evitar mais surpresas do

<sup>19</sup> Como nos conta LOPES, Fernão – *Crónica do senhor rei D. Fernando*, cap. LXXIII, pp. 194-195.

<sup>20</sup> LOPES, Fernão – *Crónica do senhor rei D. Fernando*, cap. LXXIV, pp. 197-198; MARTINS, Armando – *Guerras fernandinas*, p. 64; MARTINS, Miguel Gomes – *Lisboa e a guerra (1367/1411)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, pp. 68-69.

<sup>21</sup> Bibliografia citada na nota anterior. Veja-se também MARTINS, Miguel Gomes – “*Ficou aquela terra estragada que maravilhosamente era de ver: guerra e paisagem no Portugal medieval (1336-1400)*”. In GONÇALVES, Iria (coord.) – *Paisagens rurais e urbanas: fontes, metodologias, problemáticas. Actas das segundas jornadas*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2006, sobretudo pp. 131-132.

<sup>22</sup> Diz-nos Fernão LOPES (*Crónica do senhor rei D. Fernando*, cap. LXXIII, p. 194) que no aperto da chegada de Henrique II a Lisboa “começaram clérigos e frades de se ir ao Almazem del Rei e armarem-se todos das armas que hi achavom”. Aliás, deste armazém de Lisboa já haviam saído armas para outros lugares, no âmbito destas guerras com Castela (*Crónica do senhor rei D. Fernando*, cap. XXXVI, p. 97). Veja-se também MONTEIRO, João Gouveia – *Armeiros e armazéns nos finais da Idade Média*. Viseu: Palimage, 2001, p. 24.



que aquelas que o próprio assédio lhes trouxera<sup>23</sup>; mobilizando todos, num esforço em absoluto colectivo – que incluía mulheres e crianças – dando cada um o contributo que as suas forças lhe permitiam<sup>24</sup>. Mas resistindo, sobretudo, às condições infra-humanas em que se encontravam.

A massa humana era tão compacta dentro das muralhas, que qualquer pedregulho para aí atirado pelos quatro engenhos que guarneciam o cerco era susceptível de matar alguém<sup>25</sup>. Gente amontoada, a maior parte dela sem abrigo, sem o mínimo de condições de vida, num Inverno ainda não terminado e que, se em Lisboa não costuma ser muito agreste, não deixa, no entanto, de ser Inverno; sem poderem escoar as imundices dia a dia produzidas a não ser em locais muito próximos das muralhas e que, portanto, deviam transformar a cidade num local nauseabundo em extremo<sup>26</sup>, com as consequências, nomeadamente, em termos de saúde pública, que uma situação daquelas pode sempre acarretar; mas, sobretudo, com fome, uma fome

<sup>23</sup> É um pouco difícil de entender esta surpresa, mas também difícil de negar, ou, sequer, de esquecer, ao lermos as palavras do Cronista quando nos diz que “tam maa lhe era de creer que el Rei dom Henrique chegasse a Lisboa, que ja suas gentes eram no Lumear, huuma legoa da çidade, entravom pellos olivaaes e vinhas darredor, e ainda alguuns dovidavam que a elle vehesse çercar” (LOPES, Fernão – *Crónica do senhor rei D. Fernando*, cap. LXXIII, p. 194). Aliás diz o mesmo acerca das populações assoladas ao longo do percurso do exército (LOPES, Fernão – *Crónica do senhor rei D. Fernando*, cap. LXXIII, p. 193).

<sup>24</sup> As acções desenvolvidas durante este cerco, narradas por Fernão Lopes e por outros cronistas e glosadas por numerosos investigadores, tema que não cabe, no âmbito deste trabalho, retomar, podem ver-se em LOPES, Fernão – *Crónica do senhor rei D. Fernando*, cap. LXXIII e seguintes e entre os investigadores de hoje, MARTINS, Miguel Gomes – *Lisboa e a guerra*, pp. 68-69 ou MARTINS, Armando – *Guerras fernandinas*, pp. 63-66.

<sup>25</sup> Mais uma vez o Cronista: Henrique II “hordenou de mandar poer quatro emgenhos, que tirassem demtro a pedra perdida, e porque as gentes eram mujtas demtro que matariam tantas dellas...” (LOPES, Fernão – *Crónica do senhor rei D. Fernando*, cap. LXXX, p. 210).

<sup>26</sup> É certo que nas cidades medievais se estava habituado aos cheiros nauseabundos e a outros inconvenientes que hoje se nos apresentariam como insuportáveis. Para Lisboa veja-se o que seriam estas condições num período de vida normal e já dentro de umas muralhas imensamente alargadas, em GONÇALVES, Iria – “Posturas municipais e vida urbana na Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa”. In *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, pp. 80-86. Panorama semelhante se tem encontrado na generalidade das cidades da época, como já diversos investigadores têm verificado. Como exemplos, entre muitos outros, podem ver-se: LEGUAY, Jean-Pierre – “La laideur de la rue polluée à la fin du Moyen Âge. “Immondicités, fiens et bouillons” accumulés sur les chaussées des villes du royaume de France et des grands fiefs au XV<sup>ème</sup> siècle”. In *Le beau et le laid au Moyen Âge. Colloque du CUERMA*. Aix-en-Provence: Presses Universitaires de la Provence, 2000, pp. 299-318; CARMONA, Juan Ignacio – *Crónica urbana del malvivir (s. XIV-XVII). Insalubridad, desamparo y hambre en Sevilla*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2000, pp. 46-69; LADERO QUESADA, Miguel Ángel – *Ciudades de la España medieval. Introducción a su estudio*. Madrid: Dykinson, 2010, sobretudo pp. 51-52. Porém, em circunstâncias tão anormais como aquelas que se estavam vivendo em Lisboa, tudo ultrapassaria todos os limites.

que se ia agudizando com o passar do tempo e com a drástica diminuição que os alimentos iam sofrendo. Alimentos que nem sequer deviam ser muitos à partida, uma vez que a cidade não se prevenira para a situação que estava vivendo. Alimentos cuja falta já começara a causar a mortandade entre os mais desmunidos e os mais débeis.

Mas Lisboa resistia. E quando tudo parecia ter chegado a um ponto de eminente ruptura, com a mediação da Santa Sé foram estabelecidos acordos que levaram Henrique II a levantar o cerco.

Para os desesperados lisboetas, sabedores ou não do que lá fora se passava, o facto deve ter soado a milagre e os gritos de júbilo devem ter deslizado por todas aquelas ruas estreitas e tortuosas. E os agradecimentos a Deus também, como não podia deixar de ser, numa época em que se aceitava, com toda a simplicidade, a intervenção divina nas coisas terrenas, mormente quando essas coisas eram grandes e fugiam às limitadas capacidades das forças humanas. Como era o caso do que acabara de acontecer.

O cerco não fora longo. Contou um mês, entre a chegada de Henrique II a 23 de Fevereiro de 1373<sup>27</sup> e o pregão das pazes tratadas entre os dois soberanos, a 24 de Março seguinte<sup>28</sup>, mas a cidade ficara em grande parte destruída, o fogo lavrara livremente nos seus bairros não amuralhados, a pilhagem não poupou aí coisa alguma; muita gente morrera e muita outra ficara com indeléveis feridas ou perdera todos os seus recursos.

A cidade podia, é certo, respirar, aliviada que fora de uma grande pressão. Mas por pouco tempo. De acordo com o tratado anteriormente estabelecido com a Inglaterra, D. Fernando esperava, havia tempo, um contingente de homens daí provenientes e a sua aparente inércia, face ao eminente cerco de Lisboa, teria a ver com essa espera. Mas eles chegaram, finalmente, esses aliados, sob o comando do conde de Cambridge, que se lançaram sobre o nosso País como exército invasor em terra

---

<sup>27</sup> LOPES, Fernão – *Crónica do senhor rei D. Fernando*, cap. LXXIII, p. 195.

<sup>28</sup> LOPES, Fernão – *Crónica do senhor rei D. Fernando*, cap. LXXXII, p. 218.

inimiga, destruindo, roubando, violando, matando, praticando os crimes mais nefandos e muitos deles em absoluto gratuitos<sup>29</sup>, sem que o rei de Portugal e o conde inglês parecessem mostrar interesse em corrigi-los<sup>30</sup>. Perante esta situação, a ultrapassar o insuportável, os portugueses, sabendo embora que eles tinham sido chamados pelo seu soberano e não se atrevendo, por isso, a responder na mesma medida, começavam, no entanto, a fazer justiça pelas suas próprias mãos, matando “mujtos delles escusamente, de guisa que per sua maa hordenamça pereçerom tantos que nom tornarom depois pera sua terra as duas partes delles”<sup>31</sup>.

Claro que estas atitudes de exército invasor tomadas pelos soldados “amigos” que de Inglaterra nos mandavam, manifestavam-se em todos os lugares para onde se dirigiam e estacionavam. Deste modo, grande parte do Alentejo sofreu horrores às suas mãos, mas muitos aí ficaram. Para sempre. No entanto, Lisboa e os seus arredores, pela centralidade do lugar, porque aí eles eram mais numerosos, os roubos, os crimes, os atropelos de toda a ordem foram mais e também mais acrescidos.

Saídos de uma situação extrema, os lisboetas viam-se envolvidos numa outra que sobremaneira contribuía para agravar os seus padecimentos e dificultar a recuperação de que eles se encontravam tão carecidos. E a guerra estava longe de apresentar um fim à vista, sendo que a mesma chegada dos ingleses indiciava, pelo contrário, o seu recrudescimento.

---

<sup>29</sup> Como, possivelmente entre outros dos quais não nos restou memória, o daquele menino, ainda bebé que foi cortado ao meio com uma espada, nos braços da própria mãe. LOPES, Fernão – *Crónica do senhor rei D. Fernando*, cap. CXXXII, p. 368.

<sup>30</sup> LOPES, Fernão – *Crónica do senhor rei D. Fernando*, cap. CXXXII, pp. 367-369. Vejam-se também as palavras incisivas e impressionantes que aquele episódio mereceu a DUARTE, Luís Miguel – *Aljubarrota: crónica dos anos de brasa. 1383-1389*. Matosinhos-Lisboa: QuidNovi, 2007, p. 22.

<sup>31</sup> LOPES, Fernão – *Crónica do senhor rei D. Fernando*, cap. CXXXII, p. 369. Aliás para o Cronista, ao redigir esta obra e de acordo com Isabel Sabido FERREIRA (“Ingleses e castelhanos (Crónica de D. Fernando)”. In AMADO, Teresa (coord.) – *A guerra até 1450*. Lisboa: Quimera, 1994, p. 467), a existir uma imagem claramente negativa do inimigo, ela é sem dúvida a dos ingleses. Mesmo um autor espanhol deixou reconhecido há alguns anos que essas forças inglesas foram “más destructivas de lo suportable” e “insufribles para la población portuguesa” (ÁLVAREZ DE PALENZUELA, Vicente Ángel – “La internacionalización de los conflictos”. In ÁLVAREZ DE PALENZUELA, Vicente Ángel (coord.) – *Historia de España de la Edad Media*. Barcelona: Ariel, 2002, p. 691).

Felizmente o projecto das novas muralhas de Lisboa, gizado já em 1369<sup>32</sup> mas só mais tarde iniciado, ia avançar<sup>33</sup>. É certo que muito trabalho e muito dinheiro ele iria exigir, porque precisava de ser uma obra grande e robusta. E muito desse trabalho e muito desse dinheiro iam sair dos corpos e dos haveres dos depauperados lisboetas, já tão exauridos e tão massacrados. Todavia, em contrapartida, a cidade ia ficar segura, bem protegida e, em caso de necessidade, poderia dar guarida não só aos moradores, mas também a contingentes de homens de armas que viessem auxiliar a sua defesa e aos refugiados do termo ou, eventualmente, de mais longe.

E em breve essas muralhas iriam mostrar o quão úteis e eficazes se podiam tornar.

Após a morte de D. Fernando e dos tumultos que se seguiram em algumas das principais cidades aquando do lançamento do pregão por D. Beatriz como rainha de Portugal; após o enorme alvoroço em que Lisboa mergulhou, seguido por grandes desacatos – de que o “assassínio” do bispo e do seu acompanhante de momento foram talvez os mais cruéis – que se seguiu à morte do conde galego João Fernandes Andeiro, o maior apoio da rainha viúva, Leonor Teles, sabia-se que o rei de Castela, na altura já João I, rei marido daquela Beatriz que não era aceite como rainha de Portugal, em diversas cidades, iria entrar aqui, não como um monarca consorte, acompanhando a sua rainha, nas terras que por herança lhe deviam pertencer, mas como um soberano estrangeiro e hostil, à testa de um exército invasor com intentos de conquista. Para mais sabia-se, na cidade, “como el Rei de Castella se viinha chegando ao rregno” e na aflição do momento, “o comum poboo liure”, considerando não só inútil, mas antes prejudicial, apelar para a rainha mãe, refugiada em Alenquer, uma das vilas do seu senhorio, voltou-se para o Mestre de Avis, D. João, filho, embora bastardo, de D. Pedro, pedindo-lhe “por merçee que se chamasse Regedor e Defensor do rregno”<sup>34</sup>.

---

<sup>32</sup> Veja-se, por exemplo, TAVARES, Maria José Ferro – *Fernando e Leonor: um reinado (mal)dito*. Lisboa: Chiado Editora, 2013, p. 186.

<sup>33</sup> Foi a chamada muralha fernandina, cujo traçado se pode ver minuciosamente descrito por SILVA, A. Vieira da – *A cerca fernandina de Lisboa*. Vols. I e II. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1948-1949, sobretudo os mapas que acompanham a obra.

<sup>34</sup> LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*. Pref. por António Sérgio, ed. por M. Lopes de Almeida e A. de Magalhães Basto. Porto: Civilização, s. d., vol. I, cap. XXVI, pp. 52-54.

Caso inédito e de consequências imprevisíveis que não alarmaria o rei castelhano, mas que também o não faria adiar a sua entrada em Portugal. Sabia-se aqui, desde finais de 1383 que essa entrada estava decidida e por certo não demoraria<sup>35</sup>.

Demorou ainda uns meses e, por isso, desta vez, Lisboa, dentro das suas muralhas de fresca data e prontas a receber o seu “baptismo de fogo”, teve tempo para se preparar. E preparou-se.

Na eminência de um cerco e antes que ele se concretizasse, convinha tomar muitas providências e não descurar qualquer pormenor. Na defesa de uma praça importava, em primeiro lugar, recolher dentro das muralhas, para lá dos homens de armas necessários a essa mesma defesa, bem como dos seus moradores e habitantes do termo, o máximo possível de alimentos, sobretudo o pão, o vinho e a carne, aqueles que a Idade Média mais apreciava e que podiam, sobretudo o primeiro e havendo para isso tempo, ir procurar-se, mesmo longe. Em absoluto necessárias eram também a água – que devia fazer-se tudo para assegurar que não faltasse – e a lenha, indispensável para a confecção dos alimentos, e em especial do pão. Deviam verificar-se todas as estruturas fixas de defesa e reparar-se qualquer rombo que nelas existisse. Lisboa, na altura, não precisaria de reparações, mas pelo menos parte da barbã foi construída na eminência e mesmo durante este cerco<sup>36</sup>.

Havia que organizar uma vigilância ininterrupta em todo o perímetro da muralha, guardar sobretudo as portas, os seus pontos mais frágeis, numa vigilância dia e noite bem atenta, prevenir tudo, gerir tudo, em especial as armas e os mantimentos<sup>37</sup>. Quanto às primeiras, a maioria dos homens da época possuía armas. Naturalmente assim acontecia com os fidalgos que coordenavam as operações de defesa e as surtidas para medir forças com os inimigos e a par deles os homens de armas que constituíam as suas mesnadas e outros ainda, nomeadamente as milícias concelhias. Mas de uma maneira geral também o povo comum as possuía e a maior parte dos

---

<sup>35</sup> MARTINS, Miguel Gomes – *Lisboa e a guerra*, p. 93.

<sup>36</sup> MONTEIRO, João Gouveia – “Estratégia e tática militares”. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) – *Nova história militar de Portugal*. Vol. I. Coord. José Mattoso. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2003, p. 227.

<sup>37</sup> LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, vol. I, cap. CXV, pp. 222-226. Pode ver-se também MONTEIRO, João Gouveia – *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Ed. Notícias, 1998, p. 334.

homens tinha uma espada e uma lança<sup>38</sup>. Não seriam tão eficazes como os equipamentos dos homens de armas, mas eram, quando menos, de alguma utilidade. No entanto aí estavam os arsenais régios – onde, durante todo o cerco trabalhavam os armeiros<sup>39</sup> – para fornecerem armas a quem delas carecesse, e entre esses estariam, por certo, os eclesiásticos, que também nessa circunstância se armaram, de maneira especial os trinitários<sup>40</sup>. Não faltava, sequer, nesses preparativos, uma farmácia de campanha, apetrechada com “camas e ovos e estopas e lemçoões velhos para romper; e çelorgiam<sup>41</sup> e triaga e outras neçessarias cousas pera pemssamento dos feridos quamdo tornavam das escaramuças”<sup>42</sup>.

Alguns desses lençóis velhos e eventualmente estopas mal tratadas estariam, talvez, na origem de algumas feridas gangrenadas que aqueles soldados tivessem sofrido<sup>43</sup>. Só que, na altura, seria esse um pensamento de todo anacrónico.

Porém, não eram só os homens, munidos de qualquer arma, que participavam na defesa da cidade. Tal como no anterior assédio, todo o povo, armado ou inerme, participava, cada um dentro e de acordo com as suas capacidades. Até as raparigas, como nos conta o Cronista, enquanto apanhavam pedras nos arredores, que serviam depois de projecteis contra os sitiantes, escarneciam da hoste inimiga com canções feitas a propósito, que cantavam a altas vozes<sup>44</sup>.

Assim seria, ao menos no que diz respeito aos cantares, durante os primeiros meses do cerco, enquanto as condições, dentro das muralhas, não tinham começado ainda

---

<sup>38</sup> Assim o diz DUARTE, Luís Miguel – *Justiça e criminalidade no Portugal medievo (1459-1481)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - JNICT, 1999, pp. 91 e seg.

<sup>39</sup> MONTEIRO, João Gouveia – *Armeiros e armazéns nos finais da Idade Média*, p. 24. Veja-se também MARTINS, Miguel Gomes – *A vitória do quarto cavaleiro: o cerco de Lisboa de 1384*. Lisboa: Prefácio, 2006, p. 57.

<sup>40</sup> LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, vol. I, cap. XCV, p. 224.

<sup>41</sup> Na altura, cirurgiões e boticários – que no arraial castelhano eram em avultado número (LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, vol. I, cap. XCV, p. 220) – eram já figuras esperadas em qualquer cenário bélico, como nos diz MOUNIER-KUHN, Alain – *Chirurgie de guerre: le cas du Moyen Âge*. Paris: Economica, 2006, pp. 97 e seg.

<sup>42</sup> LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, vol. I, cap. XCV, p. 224.

<sup>43</sup> MOUNIER-KUHN, Alain – *Chirurgie de guerre*, pp. 183-184.

<sup>44</sup> É ainda e sempre o Cronista que nos dá este tipo de informações: LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, vol. I, cap. XCV, p. 225.

a agravar-se demasiado. Mais tarde talvez já não houvesse ânimo para isso. Nem forças.

Todavia a própria pressão que acompanhava a chegada de uma hoste invasora, o longo e demorado desfile das tropas que iam chegando e tomando as suas posições ao redor da cidade, a exibição de todo o material bélico – armas pessoais e engenhos pirobalísticos e neurobalísticos – todo um ferramental necessário para a construção de outros engenhos que iam nascer e formar-se perante os olhares impotentes dos sitiados era já sem dúvida grande e também sem dúvida aproveitada ao máximo pelos sitiados. O mesmo acontecia com as destruições de todo o género perpetradas nos arredores, à vista de todos, conscientes da sua impotência para evitar ou, sequer, minimizar os atropelos que estavam a ser cometidos<sup>45</sup>. No caso de Lisboa havia ainda que contar, como instrumento de pressão, e não dos menores, com a frota que se posicionava a bloquear o Tejo, completando o cerco. O que parece não terem os castelhanos conseguido torná-lo estanque, na medida em que sempre puderam circular alguns barcos no golfo do rio, trazendo, inclusive, mantimentos<sup>46</sup>.

Depois a longa espera que não se sabia como e quando iria terminar; depois a sensação de sufoco provocada pelo encerramento, tão demorado, dentro daqueles muros; depois os ataques levados a cabo pelos sitiados, de que resultavam mortos e feridos; a vigilância sem desfalecimento, que não podia ignorar nenhum palmo do circuito amuralhado; os alertas que podiam soar a qualquer hora do dia ou da noite, que se repercutiam pelos ares como a trombeta do Anjo do Extermínio. E talvez mais do que tudo, o agravamento da degradação das condições psicológicas e físicas de toda aquela gente. Tão longamente encerrada num espaço que cada vez mais se deteriorava, com os alimentos a precisarem ser cada vez mais criteriosa e parcimoniosamente consumidos, onde várias famílias começavam a não ter reservas, onde a inflação era cada vez mais galopante e onde, mesmo por altíssimos preços, nada ou quase nada aparecia à venda.

---

<sup>45</sup> Veja-se, sobre este ponto, MONTEIRO, João Gouveia – “Estratégia e táctica militares”, pp. 226-227.

<sup>46</sup> MARTINS, Miguel Gomes – *A vitória do quarto cavaleiro*, p. 55.

Neste cerco que Lisboa tão prolongadamente sofreu, com confrontos em terra e sobre as águas do Tejo<sup>47</sup>, com ataques repetidos e até ameaças de traição, a fome foi o inimigo mais temível e o que maior número de vítimas causou<sup>48</sup>.

O Cronista – sempre ele – pinta-nos o quadro com as cores mais sombrias: na cidade “nom avia trigo pera vender, e se o avia, era mui pouco e tam caro que as pobres gemtes nom podiam chegar a elle [...] e padeçiam mui apertadamente [...] e começaram de comer pam de bagaço dazeitona, e dos queyjos das mallvas e rraizes dervas e doutras desacostumadas cousas, pouco amigas da natureza [...] e começaram de comer as carnes das bestas, e nom soamente os pobres e minguados, mas grãdes pessoas da cidade”. E o desfilar de infortúnios continua com os meninos de três e quatro anos esmolando pelo amor de Deus, pois seus pais não tinham que lhes dar “senom lagrimas que com elles choravam que era triste cousa de ver”. Por isso alguns fugiam daqueles muros por sua livre vontade, dirigindo-se ao arraial castelhano, “queremdo amte de todo ser cativos, que assi pereçerem morremdo de fame”. E chegou-se mesmo à expulsão das gentes consideradas inúteis para a defesa da praça: os judeus, as prostitutas, as famílias mais pobres que já tinham esgotado todas as suas reservas alimentares<sup>49</sup>.

No arraial castelhano, por sua vez, nada faltava. Era regularmente abastecido por mar e o amplo aro de vilas à volta de Lisboa – Santarém, Torres Vedras, Torres Novas, Alenquer, Óbidos, Atouguia, Sintra – todas elas em mãos, ao tempo, inimigas, pelo menos as das suas guarnições – assegurava também a vinda de mantimentos

---

<sup>47</sup> Durante este período de lutas com Castela sempre que se projectavam acções militares sobre Lisboa, nunca era esquecida a importância do Tejo para a cidade e por isso sempre uma esquadra era enviada a bloquear-lhe os acessos por mar, controlando toda a frente ribeirinha com os inevitáveis confrontos que do facto advinham. Sobre este assunto pode ver-se MONTEIRO, Armando da Silva Saturnino – *Batalhas e combates da marinha portuguesa*. Vol. I - 1139-1521. Lisboa: Sá da Costa, 1989, pp. 37-44 e para estas, travadas em 1384, pp. 38-42 e também DUARTE, Luís Miguel – “A marinha de guerra portuguesa”. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) – *Nova história militar de Portugal*. Vol. I. Coord. por José Mattoso. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2003, p. 333 e seg. Inclusivamente, entre os dois cercos ocorridos nesta conjuntura – 1373 e 1384 – foram várias as ocasiões em que a frente ribeirinha de Lisboa se encontrou bloqueada pelas esquadras castelhanas: MARTINS, Miguel Gomes – *Lisboa e a guerra*, pp. 69-70.

<sup>48</sup> Miguel Gomes MARTINS (*Lisboa e a guerra*, p. 95) pensa mesmo que foi a fome, grassando em Lisboa durante este cerco de 1384, que maior número de vítimas mortais terá feito em Lisboa, durante todo o período destas guerras com Castela.

<sup>49</sup> Veja-se o desfilar de todas estas desgraças na magnífica prosa de LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, vol. I, cap. CXLVIII, pp. 305-309.



por terra. Não contando com aqueles que os soldados saqueavam num enorme circuito em torno de Lisboa, onde nada restou incólume. E não era apenas dos bens essenciais que a hoste castelhana se encontrava bem abastecida. Nada ali faltava, não só de mantimentos, “mas especiarias de muitas e desvairadas maneiras” e igualmente “comfeitos e açucares e comservas [...] em muita fartura”. E Fernão Lopes acrescenta que até “agua rrosada e outras destilladas aguas de que os viçosos homeês husam no tempo da paz, todo se alli achava”<sup>50</sup>. Era o requinte máximo.

E era, por outro lado e noutra perspectiva, o contraste máximo entre as condições daqueles que cercavam e dos que se encontravam cercados. Na verdade, a abastança e requinte do exército inimigo, à vista dos esfaimados lisboetas contribuía, sem dúvida, para exacerbar os seus sofrimentos, tornando ainda mais atrozes as condições em que se encontravam<sup>51</sup>. Só um aspecto lhes era favorável: a peste, que há tempo grassava entre as gentes do arraial inimigo e a tripulação dos navios que completavam, por água, o encerramento da cidade e tantas vítimas diariamente causava, não entrara as portas de Lisboa. Facto que não deixaria de ser entendido, talvez de um lado e do outro, como obra divina. E que, a ser assim, traria algum alento para o interior da cidade.

Foi este um assédio duríssimo e que causou grandes sofrimentos àqueles que o suportaram, em muitos casos sofrimento até à morte, como atrás já ficou lembrado. Aliás os investigadores que com maior ou menor desenvolvimento têm estudado este cerco – e foram já muitos<sup>52</sup> – todos o reconhecem. João Gouveia Monteiro chamou-lhe apenas “cerco duro”<sup>53</sup>, mas outros autores manifestam-se com maior expressividade. Armando Martins classificou-o de “pavoroso assédio”<sup>54</sup>; Miguel

<sup>50</sup> LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, cap. CXIV, p. 220.

<sup>51</sup> Veja-se, nesta perspectiva, CATARINO, Maria Manuela – “A fome e a abundância: Lisboa cercada na prosa de Fernão Lopes”. In *A nova Lisboa medieval. Actas do I Encontro*. Lisboa: Ed. Colibri, 2005, pp. 115-120.

<sup>52</sup> Quem estudou este cerco de 1384 com maior profundidade, tendo-lhe dedicado todo um livro, foi MARTINS, Miguel Gomes – *A vitória do quarto cavaleiro*. No entanto é indispensável, penso, a leitura de Fernão Lopes.

<sup>53</sup> MONTEIRO, João Gouveia – “As campanhas que fizeram história”. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) – *Nova história militar de Portugal*. Vol. I. Coord. José Mattoso. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2003, p. 264.

<sup>54</sup> MARTINS, Armando Alberto – *D. Beatriz, a princesa enjeitada (1373-1420)*. Vila do Conde: QuidNovi, 2011, p. 10.

Gomes Martins falou em “estado de desespero”<sup>55</sup>, em “atitude desesperada”<sup>56</sup>; Luís Miguel Duarte em “terrível agonia”<sup>57</sup> e até um autor espanhol, Emílio Mitre, falou na “árdua resistência” dos lisboetas<sup>58</sup>. Foi, efectivamente, um longo e sofrido assédio, que esteve muitíssimo perto de atingir o ponto de ruptura, dando origem ao “desespero; à agonia” a que os autores acima se referiram.

Mas os lisboetas resistiram e lutaram. Lutaram à ultrança nos últimos tempos do cerco, quando os castelhanos lutavam, também por certo com desespero, contra a peste que dizimava o seu arraial e sobretudo quando ela provocou aquele tremendo susto que foi o abeirar-se de D. Beatriz, a rainha cuja morte invalidaria todas as pretensões do marido ao trono português. Perante tal ameaça, a única coisa a fazer era levantar o cerco e partir, a proporcionar à pequena rainha de Castela todos os cuidados médicos possíveis, em lugar menos perigoso do que aquele em que se encontravam.

Naturalmente que os defensores rejubilaram com o levantamento do cerco, não obstante a frota inimiga ter continuado fundeada no Tejo, a impedir o normal abastecimento da cidade por mar<sup>59</sup>, e o aro de povoações que rodeavam Lisboa e haviam tomado voz por D. Beatriz, que é como quem diz, por Castela e cujas guarnições o rei estrangeiro reforçara<sup>60</sup>, continuarem a desempenhar o mesmo papel, desta vez pelo lado de terra<sup>61</sup>. Nestas condições, com todo o território à sua volta destruído e pilhado, Lisboa continuava desabastecida e sem poder alimentar capazmente os seus moradores. Durante algum tempo, por certo ainda longo. No entanto era mais fácil fazer chegar alimentos e o desaparecimento da pressão, física e psicológica, proveniente do facto de ter o inimigo à porta, para mais numa estadia

<sup>55</sup> MARTINS, Miguel Gomes – *A vitória do quarto cavaleiro*, p. 96.

<sup>56</sup> MARTINS, Miguel Gomes – *Lisboa e a guerra*, p. 72.

<sup>57</sup> DUARTE, Luís Miguel – *Aljubarrota: crónica dos anos de brasa*, p. 67.

<sup>58</sup> MITRE FERNÁNDEZ, Emílio – *Desprecio del mundo y alegría de vivir en la Edad Media*. Madrid: Editorial Trotta, 2017, p. 99. E a lista de autores e obras podia alargar-se.

<sup>59</sup> MONTEIRO, João Gouveia – *Aljubarrota, 1385: a batalha real*. Lisboa: Tribuna da História, 2003, p. 27; MARTINS, Miguel Gomes – *A vitória do quarto cavaleiro*, p. 101. O Cronista diz-nos que a frota ocupava toda a frente ribeirinha de Lisboa, desde Cata que Farás, a Ocidente, até à porta da Cruz, a Oriente, unidas as galés castelhanas umas às outras por grosso calabre, de modo que não era possível passar por entre elas (LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, vol. I, cap. CXIV, p. 221).

<sup>60</sup> LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, cap. CLV, pp. 328-331.

<sup>61</sup> MARTINS, Miguel Gomes – *A vitória do quarto cavaleiro*, p. 101.

tão prolongada como aquela fora<sup>62</sup>, fazia toda a diferença. E também o fazia, claro, a saída de quantos se haviam introduzido na cidade apenas para sua própria segurança e daqueles que tinham vindo para reforçar os efectivos de defesa, caso dos homens de armas chegados na frota proveniente do Porto.

Fosse como fosse e ainda que inimigos continuassem rondando por perto, Lisboa sentia-se liberta da maior parte do peso que até aí a oprimira. E, para mais, a libertação chegara de uma maneira tão providencial que não havia forma de a explicar humanamente, se é que os lisboetas queriam dar-lhe essa explicação. Na verdade, sabia-se que o anterior cerco, durante o governo de D. Fernando, fora devastador, é certo, mas, para além de não ter causado o mesmo sofrimento, fora levantado após negociações em que intervieram a Santa Sé. Este, porém, que Deus permitira que ultrapassasse os limites do tolerável, mas que no último momento terminara, ao menos na sua parte mais sufocante, por motivos que nada tinham a ver com a acção humana, esse era diferente: a cidade fora castigada pelos seus pecados<sup>63</sup>, mas Deus amerceara-se dela e libertara-a no último momento.

Duas coisas havia a fazer: agradecer as benesses já recebidas e tornarem-se todos dignos dos favores divinos.

O mais urgente, todavia, era render graças. Por isso, no dia seguinte ao levantamento do cerco, uma grande procissão em que todos se incorporaram descalços, incluindo o bispo, D. João Escudeiro, partiu da Sé com destino ao mosteiro da Trindade, acompanhando o Corpo de Deus, que o prelado transportava. Aí, um longo sermão, proferido por um franciscano, Mestre Rodrigo de Sintra, “letrado em theolesia”, terminou com missa e regresso à Sé, sempre acompanhando o Corpo de Deus<sup>64</sup>. Acção de graças em postura de humildade e penitência – caminhando descalços – postura assumida por todos os participantes, incluindo os mais proeminentes, com

---

<sup>62</sup> Fernão Lopes fez questão de nos explicar que, se contarmos o tempo somente a partir da chegada de Juan I ao Lumiar, o cerco durou quatro meses e vinte e sete dias, mas se pensarmos que o mestre de Santiago e outros, com muitas gentes, começaram a fazer cerco pela comarca antes que o rei viesse, então, o assédio durou sete meses (LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, vol. I, cap. CL, pp. 314-315).

<sup>63</sup> Adiante voltarei a este assunto.

<sup>64</sup> LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, vol. I, cap. CLI, p. 315.

conotações franciscanas<sup>65</sup>. E, sintomaticamente, também foi um franciscano quem proferiu o sermão, como atrás ficou lembrado.

Procissão, sermão, a Hóstia consagrada largamente exposta à vista e adoração dos fiéis, as três formas de culto que a Idade Média mais prezou e nunca faltavam, quer em momentos da aflição, quer como agradecimento por benesses recebidas do Céu<sup>66</sup>.

Lisboa encontrava-se exaurida, maltratada, carregada de feridas de todo o tipo, tanto na sua estrutura física como nos seus moradores – nos corpos e nas mentes dos seus moradores. Dois terríveis cercos, ambos duríssimos, num curto espaço de tempo; destruições violentas ocorridas em todo o seu termo, que, para mais, continuariam a ocorrer a partir daquelas vilas que a rodeavam e mantinham voz por Castela. E não podia ter deixado de haver ainda uma lembrança muito nítida e actuante de dois outros flagelos ocorridos poucos anos antes do primeiro cerco: aquele grande incêndio que destruíra a Rua da Ferraria e grande parte da Rua Nova, seguido por um terrível furacão que desmantelara várias naus que se armavam no porto da cidade, que destelhou casas, que arrancou árvores e não poupou sequer a Sé catedral, onde causou alguns estragos<sup>67</sup>.

Eram demasiados desastres para uma só cidade. Em época impressionável como esta de finais da Idade Média, em que todos estes acontecimentos podiam considerar-se terem causas obscuras, a ultrapassarem a esfera das coisas humanas e terrestres, a sua acumulação era qualquer coisa de demolidor. Seria preciso muito tempo e muito trabalho para cicatrizar todas as feridas.

Mas não houve tempo. Outros males se perfilavam no horizonte e se aproximavam a passos rápidos.

---

<sup>65</sup> VENTURA, Margarida Garcez – *O Messias de Lisboa: um estudo de mitologia política (1383-1415)*. Lisboa: Cosmos, 1992, p. 63. Maria Helena da Cruz COELHO (*D. João I, o que re-colheu Boa Memória*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005, p. 53) acentua as interpretações apocalípticas e milenaristas, tanto em voga na época, que todos estes acontecimentos devem ter provocado na imaginação do povo comum.

<sup>66</sup> Desenvolverei este assunto mais adiante.

<sup>67</sup> LOPES, Fernão – *Crónica do senhor rei D. Fernando*, cap. XXXIX, p. 104.

### 3 – Negras previsões para o futuro imediato

Embora Lisboa tivesse rejubilado com a retirada de D. João de Castela dos seus arredores, sabia que essa partida estava longe de ser definitiva. Não só deixava a esquadra no Tejo, a marcar a sua presença indesejada e a controlar todos os movimentos que ocorriam em terra, como o levantamento do cerco não significara uma derrota, mas apenas uma pausa para curar as feridas deixadas pela peste e reorganizar o exército, desfalcado pelas baixas que a doença tinha provocado. Nem sequer a retirada da frota algum tempo depois, em vista das mortes que a peste nela continuava a causar, era de molde a sossegar os lisboetas. Aliás era do consenso geral que a guerra iria continuar e seria uma dura tarefa.

Com efeito, pouco tempo depois uma nova esquadra inimiga vinha substituir a anterior, posicionando-se frente à cidade, a controlar toda a sua área ribeirinha. Era o primeiro sinal do novo perigo que se aproximava.

Quando aqui se soube que um grande exército castelhano já tinha entrado em Portugal, mais uma vez, como o anterior, pela estrada da Beira<sup>68</sup>, agora proveniente de Cidade Rodrigo<sup>69</sup>, em Lisboa, o medo devia ter-se instalado em todos os seus recantos. O exército que aí vinha era numeroso e bem apetrechado. Marchava numa coluna de cerca de cinquenta quilómetros de extensão<sup>70</sup>, acompanhada por uma imensa carriagem e integrava contingentes gascões<sup>71</sup>, bem treinados e experimentados nas lutas em que há já tanto tempo se enfrentavam franceses e ingleses.

Nada disto podia ser tranquilizador. Para mais, Lisboa sofrera nos últimos tempos, como ficou dito, tantos desastres arrasadores, que deixaram os seus habitantes

---

<sup>68</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, mapa da p. 531; MONTEIRO, João Gouveia – *Aljubarrota – 1385 – a batalha real*, p. 80.

<sup>69</sup> MONTEIRO, João Gouveia – “As campanhas que fizeram história”, p. 273.

<sup>70</sup> MARTINS, Miguel Gomes – *A vitória do quarto cavaleiro*, p. 101.

<sup>71</sup> Veja-se MONTEIRO, João Gouveia – *Aljubarrota – 1385 – a batalha real*, p. 29.

debilitados, assim nos corpos como nas mentes e não houvera ainda tempo nem condições para se refazerem nem das feridas físicas nem das psicológicas<sup>72</sup>.

E o exército inimigo progredia no seu caminho, numa marcha que não podia ser muito rápida devido ao comprimento da coluna militar, mas sobretudo à extensa carriagem que ocupava, como era de regra, a sua parte central. Dias e dias de angústia para os lisboetas, que sabiam ser o alvo que estava no ponto de mira do rei castelhano. Não havia outro, até porque outros que houvesse dependiam deste.

Lisboa era a incontestável e incontestada “cabeça do reino”. Já atrás ficou lembrado. Já diversos investigadores o repetiram, incluindo eu própria, em anteriores ocasiões. Mas havia mais. Num país pobre e fracamente urbanizado como Portugal, essa “cabeça” contava de forma superlativa, tanto sob o ponto de vista prático e actuante, como sob os aspectos do imaginário e do simbólico. Só assim se compreende que fosse do consenso comum que a posse de Lisboa significava a posse do País<sup>73</sup>. O que tem vindo a ser repetido por quase todos os investigadores que se têm preocupado com este assunto, sobretudo a partir do que ficou dito por Fernão Lopes em vários dos seus textos sobre D. Fernando e D. João I, pela boca de alguns dos personagens que põe em cena. Mas muita outra documentação de variado tipo deixa isso mesmo expresso, em alguns casos com bastante clareza<sup>74</sup>. Poderei

<sup>72</sup> Penso que se encontram aqui bem visíveis as feridas que a guerra pode causar entre as populações não combatentes, homens e mulheres de paz, sobretudo crianças, contudo envolvidos em violências cujas causas, muitas vezes, nem sequer conhecem. É certo que durante a Idade Média, a Igreja e mais tarde os poderes civis tentaram colocar alguns travões a essas violências, mas os resultados obtidos nunca foram muito grandes. Haja em vista os atropelos aqui causados pelos ingleses durante esta conjuntura, o que já atrás ficou referido. Sobre estes pontos é interessante o trabalho de ALLMAND, Christopher – “La guerra y los no combatientes en la Edad Media”. In KEEN, Maurice (ed.) – *Historia de la guerra en la Edad Media*. Trad. de Asunción Rodríguez Guzmán. Madrid: Antonio Machado, 2005, pp. 323-346.

<sup>73</sup> Por isso, num já antigo dizer, Gustavo de Matos SEQUEIRA (“A epopeia de Lisboa”. In SEQUEIRA, Gustavo de Matos (dir.) – *Lisboa, oito séculos de história*. Vol. I. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1947, p. 202) chamou-lhe “vida e coração deste reino”.

<sup>74</sup> Entre outros poderei indicar os seguintes documentos: *Rey de Portugall e do Algarve, senhor de Çepta. Livros I e II de D. João I (1384-1433)*. Introdução, transcrição e índices de Miguel Gomes Martins. [Lisboa]: Câmara Municipal de Lisboa, 2010, doc. 1, pp. 14-16; doc. 3, p. 27; doc. 4, p. 29; docs. 7-10, pp. 37-45; *Livro dos Pregos*. Transcrição, sumários e índices de Miguel Gomes Martins e Sara Menezes Loureiro. [Lisboa]: Câmara Municipal de Lisboa, 2016, doc. 129, p. 240; docs. 138-141, pp. 265-268; *Chancelarias portuguesas. D. João I*. Ed. por João José Alves Dias. Vol. I, t. 1 (1384-1385). Lisboa: Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2004, doc. 241, p. 176; doc. 342, pp. 178-179; doc. 420, pp. 219-220; Vol. II, t. 1 (1385-1392). Lisboa: Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2005, doc. 173, p. 110.

lembrar, por exemplo, um documento de Outubro de 1384, em que, após a enumeração dos serviços prestados por Lisboa, sobretudo a defesa que tinha acabado de opor ao rei castelhano, se diz que “por a defensam da dicta cidade estes regnos ficaram como ora sam”, isto é, livres da sujeição a Castela<sup>75</sup>. Em vários outros documentos se diz, de forma mais ou menos explícita, que a libertação de Lisboa era a libertação do reino. Naturalmente, a contrária seria também verdadeira porque, “como ella fizesse, que assi fariam todas”<sup>76</sup>. E no prólogo aos capítulos especiais apresentados por Lisboa às cortes de Coimbra de 1385 ficou claramente dito, após mais uma vez se ter lembrado a tenaz resistência ao cerco do ano anterior, que “a quall defensom, se se a dicta çidade nom aposerá todo o regno se perdera”<sup>77</sup>. Isto é, perdida Lisboa, perdido todo o reino.

É certo que estas afirmações se inseriam num contexto especial em que Lisboa tinha, efectivamente, desempenhado um papel de grande relevo, mas, em todo o caso, tão publicadas a repetidas não o podiam ser à revelia do que era o pensamento da generalidade das pessoas.

Esta enorme proeminência que assim lhe era vulgarmente atribuída e que em tempos de sossego muito devia orgulhar, sobretudo os seus cidadãos “honrados”, naquelas circunstâncias não era de molde a apaziguar os ânimos e a impor tranquilidade. O grande poder que já entrara em Portugal, com um rei inimigo à sua frente, não se dirigia a nenhum outro lugar a não ser Lisboa. Todos o sabiam. E desta vez, como seria? Dados os grandes sofrimentos a que ainda havia tão pouco tempo tinham sido sujeitos; dado o depauperamento em que todos ainda se encontravam, sem tempo nem condições para terem cicatrizado as feridas, sem que o luto pelos

<sup>75</sup> *Chancelarias portuguesas. D. João I*, vol. I, t. 1, doc. 420, pp. 219-220.

<sup>76</sup> LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, vol. I, cap. LIV, p. 326. Por isso, como bem salientou Maria Helena da Cruz COELHO (“No rasto da guerra – o antes e o depois”. In COELHO, Maria Helena da Cruz; GOMES, Saul António; REBELO, António Manuel Ribeiro (ed.) – *A guerra e a sociedade na Idade Média. Actas das VI Jornadas luso-espanholas de estudos medievais, 6, 7 e 8 de Novembro de 2008*. Vol. I. Campo Militar de S. Jorge – Porto de Mós – Alcobaça – Batalha: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, p. 295), em casos semelhantes, a capital do País era sempre alvo de tentativas de conquista e sofria os mais duros assédios. Lisboa estava efectivamente a desempenhar muitas das funções de uma capital e a sofrer as consequências disso. Facto de que os lisboetas estavam bem conscientes.

<sup>77</sup> *Rey de Portugall e do Algarve*, doc. 5a, p. 32; *Livro dos Pregos*, doc. 129, p. 241. Este documento foi publicado, penso que pela primeira vez por CAETANO, Marcello – “O concelho de Lisboa na crise de 1383-1385”. In *A crise nacional de 1383-1385. Subsídios para o seu estudo*. Lisboa – S. Paulo: Verbo, s. d., pp. 189 e seg., com o excerto aqui citado a p. 190.

finados se tivesse podido fazer<sup>78</sup>; dada a falta de condições para o aprovisionamento em víveres e em outros produtos necessários, o que poderia, agora, acontecer?

Mas havia mais.

O Cronista deixou-nos registo da exclamação proferida pelo monarca castelhano quando, no limite de todo o possível, levantou o cerco do ano anterior e se retirou: “Oo Lixboa! Lixboa! Tanta mercê me faça Deos que aimda te veja lavrada de ferros d arados!”<sup>79</sup>. Era um terrível anátema que sem dúvida era conhecido. E que sem dúvida dizia bem das disposições com que aquele monarca se retirara e voltava agora, se possível, em maior força. Ora, a cidade já sabia, porque já experimentara, o que se podia esperar das represálias dos poderosos. Aquando da oposição que movera ao casamento de D. Fernando com D. Leonor Teles, a vingança da rainha, logo que a oportunidade chegara, não fora esquecida<sup>80</sup>. E continuava latente sobre as suas cabeças ou, pelo menos, dado que D. Leonor Teles já caíra em desgraça, bem presente nas suas memórias, pois bem sabiam que aquela senhora afirmara, porque os lisboetas lhe chamavam “aleivosa” e outros apodos não mais lisonjeiros, que só se consideraria vingada de todos, “especialmente dos homẽens e molheres de Lixboa [...] ataa que tevesse huñ tonell cheo das línguas dellas”<sup>81</sup>. Por certo, em especial, das mulheres. A perspectiva que se avizinhava não se previa mais branda. Antes pelo contrário.

---

<sup>78</sup> A documentação que nesta altura se produziu, relacionada com Lisboa e os seus sofrimentos de guerra, fala demasiadas vezes no “esparjimento de sangue” que aqui se verificou, para que o facto possa ser esquecido ou, sequer, minimizado. Com todas as consequências que isso tem para os que ficam. Na documentação citada nas notas acima aquela expressão pode encontrar-se com facilidade.

<sup>79</sup> LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, vol. I, cap. CL, p. 314.

<sup>80</sup> Vejam-se, por exemplo, MARTINS, Armando – *Guerras fernandinas*, pp. 61-62; GOMES, Rita Costa – *D. Fernando*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005, p. 25; BALEIRAS, Isabel de Pina – *Uma rainha inesperada: Leonor Teles*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2012, p. 87. Também outras povoações se manifestaram contra o casamento real, como Tomar, Abrantes, Santarém, Alenquer, num contexto de revoltas populares que grassaram por toda a Europa e que entre nós, tal como em todos os outros lugares, tinham motivos bem profundos e inquietantes que precisavam um pretexto para irromper em acção. Veja-se FERRO, Maria José Pimenta – “A revolta dos mesteirais de 1383”. In *Actas das III Jornadas arqueológicas*. Vol. I. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1978, pp. 359-383; TAVARES, Maria José Ferro – “A nobreza no reinado de D. Fernando: sua actuação em 1383-1385”. *Sep. de Revista de História Económica e Social*, 1984, pp. 45-89.

<sup>81</sup> LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, vol. I, cap. LXI, p. 120.



É certo que Portugal tinha agora um rei português, escolhido por portugueses. As cortes de Coimbra tinham acabado de dar sanção jurídica à revolução popular que estalara em Lisboa<sup>82</sup> e isso iria congrega à volta do Mestre de Avis, agora D. João I, bastantes mais apoios<sup>83</sup>, mas o facto não aliviava a pressão sobre a cidade do Tejo, mas apenas lhe dava a esperança de que, desta vez, talvez fosse embargado o passo ao exército invasor, antes da sua chegada às proximidades de Lisboa. Todavia, um recontro desta natureza era sempre de resultados imprevisíveis e já se sabia que a coluna militar que aí vinha e contava, inclusive, com muitos portugueses, era enorme e bem armada. Muito superior a qualquer uma que pudesse vir a defrontá-la. E essa coluna continuava, inexoravelmente e sem desvios, o seu caminho de aproximação.

A angústia, na cidade, devia ser enorme; o medo devia encher todas aquelas ruas e vielas tortuosas como um manto espesso; o pavor quase devia poder palpar-se, de tão óbvio, nos rostos dos lisboetas. E eclodiriam talvez, aqui e ali, episódios de pânico. O que não seria caso de admiração. Pois se até D. João I, o rei feito na guerra, pois se até Nuno Álvares Pereira, o condestável de ferro, como muito apropriadamente lhe chamou Luís Miguel Duarte<sup>84</sup>, sofreram, como nos deixou registado D. Duarte, nítidos ataques de pânico<sup>85</sup>, como não aconteceriam em Lisboa, numa conjuntura tão dramática, a uma população maioritariamente de não

<sup>82</sup> CAETANO, Marcello – “As cortes de 1385”. In *A crise nacional de 1383-1385. Subsídios para o seu estudo*. Lisboa – S. Paulo: Verbo, s. d., p. 9.

<sup>83</sup> Um bom exemplo é o dos fidalgos beirões, alguns dos quais se haviam manifestado contra o Mestre de Avis, nas cortes de Coimbra, embora não a favor de D. Beatriz, mas do infante D. João, filho de D. Pedro e de D. Inês de Castro, entretanto preso em Castela, mas que tinham defrontado e vencido uma hoste castelhana que mais uma vez por ali entrara a matar e destruir, naquela Beira também já há tanto tempo e tão martirizada. Fora a chamada batalha de Trancoso (veja-se, sobre este prélio, BARBOSA, Pedro Gomes; GOUVEIA, Alexandre Patrício – *A Batalha de Trancoso (1385): a vitória dos nobres da Beira*. Lisboa: Arcádia, 2013). Mostrava-se assim que já não eram apenas os homens do Mestre de Avis e de Nuno Álvares, com Lisboa e o Porto, que se encontravam firmes contra o rei estrangeiro. Outros se lhes juntavam. E esse recontro do Trancoso nem foi assim tão pouco importante e significativo. A prova disso está no facto de que o rei castelhano, nesta sua entrada por Portugal, rumo a Aljubarrota, ao passar junto à ermida onde se travara a batalha, a mandou demolir.

<sup>84</sup> DUARTE, Luís Miguel – *D. Duarte: requiem por um rei triste*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005, p. 92.

<sup>85</sup> DOM DUARTE – “Leal Conselheiro”. In *Obras dos Príncipes de Avis*. Introd. e rev. de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1981, cap. XX, p. 276 e, para o segundo, sobretudo a *Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*. Preparação do texto e introdução de António Machado Faria. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1972, cap. LXVII, pp. 195-201. Veja-se também o que diz DUARTE, Luís Miguel – *D. Duarte*. Naturalmente D. Duarte não lhe deu aquele nome. Aliás, nem outro.

combatentes, de gente de paz, mas que já assistira a tanta violência, a tantas atrocidades, a tantas mortes? Que já tinha sofrido, em alguns deles, qualquer tipo de violência e derramado parte do seu sangue, daquele sangue que variada documentação nos vai dizendo que foi “espargido” durante este período, em prol da causa que estava a ser discutida pelas armas?

Só uma esperança se mantinha viva: a do auxílio divino, que tudo podia e tudo bem ordenava. Porém, uma dúvida subsistia: seriam eles merecedores desse auxílio?

## II – OS PECADOS DOS LISBOETAS

### 1 – Uma sociedade angustiada e temerosa

Já desde há muito os medievalistas sabem que os finais da Idade Média trouxeram progressos consideráveis em vários sectores da vida dos povos, muitos dos quais foram mesmo decisivos para realizações que posteriormente vieram a multiplicar-se em bons frutos. Mas isso não pode fazer-nos esquecer que se viveram então tempos difíceis, que muitas foram as calamidades que se abateram sobre as populações europeias. Pensando apenas nas três grandes desgraças que tradicionalmente se pedia a Deus que nos livrasse – “*a fame, a peste, a bello, libera nos Domine*” – todas flagelaram na altura uma humanidade desprovida de quaisquer meios para as enfrentar<sup>86</sup>. Se os anteriores séculos sofreram crises alimentares, algumas mais violentas do que as ocorridas nestas últimas centúrias, elas não deixaram de ser muito gravosas para as gentes dos finais da medievalidade<sup>87</sup>, sobretudo em cidades mais populosas e tradicionalmente carecidas de cereal, como era o caso de Lisboa; a peste negra de 1348-1352 causou estragos muito significativos em toda a parte, não poupando qualquer recanto, sempre com mais

---

<sup>86</sup> Sobre os aspectos positivos e negativos que esta época viveu é já clássica a magnífica análise feita por WOLFF, Philippe – *Automne du Moyen Âge ou Printemps des temps nouveau? L'économie européenne aux XIV<sup>e</sup> et XV<sup>e</sup> siècles*. Paris: Aubier, 1986. O autor estuda alguns pontos negativos a pp. 15-89.

<sup>87</sup> Para Portugal estão desde há tempo referenciadas as principais épocas de dificuldades de abastecimento cerealífero, no já clássico trabalho de MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à história da agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*, 3.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Ed. Cosmos, 1978, pp. 257 e seg.

violência em meios urbanos do que rurais, mas sobretudo com recorrências múltiplas até ao século XVI<sup>88</sup>; quanto à guerra, penso que o que atrás ficou dito resulta bem elucidativo dos males por ela causados e como Lisboa não foi poupada a esses males. Acontece, porém, que mesmo nos períodos em que não existia conflito aberto – em que vigorava um tempo de tréguas, em que acabava de se assinar um tratado de paz – nem por isso os seus males terminavam. Para além de todos os estragos que já tinham sido perpetrados, dos roubos – Fernão Lopes nunca se coíbe de utilizar esta palavra – que tinham sido o objectivo de muitas das incursões militares, a desmobilização dos exércitos, não permanentes, como se sabe, mas constituídos por vastos contingentes de mercenários que se tinham profissionalizado na guerra, colocava estes homens, por assim dizer, no desemprego. Muitos deles organizavam-se em bandos à volta de um chefe e continuavam a exercer o seu modo de vida. Afinal, faziam o que tinham aprendido a fazer e para isso mesmo, até aí, tinham sido pagos<sup>89</sup>. Isto é, a maioria da população, os não combatentes, continuava em guerra e a necessitar de armas – que tantos deles não tinham, em especial as mulheres e as crianças – para se defenderem<sup>90</sup>.

Outros males se juntavam a estes. E entre eles talvez não fosse um dos menores, ao menos para aquelas camadas de população mais informadas e gente de consciências mais delicadas, numa sociedade em que a religião impregnava tudo, a existência de dois papas, com a consequência que daí decorria: todos os cristãos se encontravam permanentemente excomungados, por um ou por outro dos pontífices, consoante os respectivos governantes optassem pela obediência a qualquer um deles.

Todas estas calamidades recaíam sobre uma população fragilizada, mal alimentada, vítima de doenças que progrediam com facilidade em organismos já de si debilitados

<sup>88</sup> Veja-se, por exemplo, DELUMEAU, Jean – *La peur en Occident (XIV<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècles). Une cite assiégé*. Paris: Fayard, 1978, pp. 98 e seg.

<sup>89</sup> Veja-se, por exemplo, MITRE FERNÁNDEZ, Emílio – *Desprecio del mundo y alegría de vivir*, p. 100.

<sup>90</sup> Como refere Christopher ALLMAND (“La guerra y los no combatientes”, p. 324), toda esta gente se encontrava profundamente envolvida na violência, tanto nos seus corpos como nos seus haveres. Veja-se também a propósito destas mesmas guerras, TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – “A nobreza no reinado de D. Fernando”, pp. 57-58 e o que atrás fica dito sobre o assunto, com a bibliografia a propósito citada.

e a que a medicina não sabia prestar ajuda<sup>91</sup>; uma população crente na origem sobrenatural das desgraças que flagelavam a humanidade e sobretudo, por isso mesmo, se sentia inerte perante elas. E, conseqüentemente, mais as temia. No dizer de Jacques Le Goff, a Idade Média foi o domínio por excelência dos grandes medos<sup>92</sup> e, na sua sequência, das grandes inseguranças. Tudo isso exacerbado por aquilo que já há muito Johan Huizinga definiu como a “emotividade extraordinária da alma medieval”<sup>93</sup>.

Nestas circunstâncias uma luta bem renhida devia travar-se nas consciências mais delicadas e entre as populações mais esclarecidas: por um lado a ânsia de conhecer o futuro para, no melhor ou no pior, estando na posse dessa informação, encontrar alguma segurança; por outro, a certeza de que tudo estava nas mãos de Deus, e que grande pecado era querer imiscuir-se nos Seus segredos. E também que só Ele podia prestar o devido auxílio, mas só um povo limpo de pecado era merecedor da Sua ajuda. Um povo que não se achesse a querer perscrutar os Seus arcanos, e só a Ele prestasse culto e reverência. Era preciso, antes de mais e sobretudo, confiar.

## 2 – Os mais nefandos pecados dos lisboetas

Perante uma tão grave situação como aquela que se antevia para Lisboa era necessário que a cidade se voltasse sem reservas para Deus, fizesse tudo quanto estivesse ao seu alcance para se limpar dos pecados e se manter limpa no futuro. Todos os males que até aí tinham massacrado os lisboetas junto àqueles que se perfilavam no horizonte e estavam já eminentes, só podiam ter como causa a ira de Deus a abater-se sobre eles<sup>94</sup>. Competia aos dirigentes citadinos, responsáveis pela manutenção da paz interna, pelo bom encaminhamento de todos os assuntos respeitantes ao bem da urbe, tomar as devidas providências.

---

<sup>91</sup> Veja-se o que a este propósito diz LE GOFF, Jacques – *La civilization de l'Occident medieval*. [Paris]: Arthaud, 1972, pp. 300 e seg.

<sup>92</sup> LE GOFF, Jacques – *La civilization de l'Occident medieval*, p. 303. Veja-se também DELUMEAU, Jean – *La peur en Occident*, pp. 149 e seg.

<sup>93</sup> HUIZINGA, Johan – *O declínio da Idade Média*. Trad. de Augusto Abelaira. Lisboa – Rio de Janeiro: Ulisseia, s. d., p. 19.

<sup>94</sup> Alguma documentação produzida neste contexto não se coíbe de falar sobre a “sanha” que, acreditavam, os seus pecados tinham provocado em Deus. Adiante mencionarei essa documentação.

É certo que se tratava aqui de uma questão de carácter religioso e que não podia dispensar o concurso de autorizadas vozes da Igreja, mas o protagonismo dos leigos nestas matérias era uma realidade que há tempo vinha a ser cimentada, é certo que só por uma pequena minoria<sup>95</sup>, mas onde se inscreviam as elites governantes de Lisboa<sup>96</sup>. Assim, enquanto no planalto de S. Jorge, lá para os lados de Aljubarrota e Porto de Mós, os dois exércitos se preparavam para a batalha, em Lisboa, e sem dúvida não só, rezava-se pedindo a ajuda de Deus. Mas os dirigentes da cidade, com outros, por certo seus pares, após a oração de Vésperas na Sé, juntaram-se na câmara, chamando, para o efeito, “onestas pessoas e religiosas, mestres e doutores em Teolisia”<sup>97</sup>, para, em conjunto e esclarecidamente, encontrarem a maneira de aplacar Deus. E essa maneira era banir “alguns graves pecados que se em esta cidade de mui longos tempos a ca faziam estremadamente pecados d’idollatria e costumes danados dos gentios”<sup>98</sup>.

Produziu-se então um notável documento<sup>99</sup> sobre práticas de magia, superstições e costumes provenientes de bem remotas eras, mas que continuavam florescentes no

<sup>95</sup> Veja- ROSA, Maria de Lurdes – “Sagrado, devoções e religiosidade”. In MATTOSO, José (dir.) - *História da vida privada em Portugal*. Vol. I - *A Idade Média*. Coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2010, p. 397.

<sup>96</sup> Esta atitude não foi uma singularidade de Lisboa. A título de exemplo pode ver- NARBONA VIZCAÍNO, Rafael – “Tras los rastros de la cultura popular: hechicería, supersticiones y curanderismo en la Valencia medieval”. *Edad Media* 1 (1998), p. 97.

<sup>97</sup> LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, vol. I, cap. XL, p. 100.

<sup>98</sup> *Rey de Portugall e do Algarve*, doc. 11a, p. 48; *Livro dos Pregos*, doc. 132, p. 255. São estas duas versões do documento que sobretudo irão servir de suporte às páginas que se seguem. Serão sempre indicadas ambas as versões, mas deixarei de mencionar o número do documento – naturalmente sempre o mesmo em cada uma delas – e limitar-me-ei a indicar a página, que essa pode mudar.

<sup>99</sup> Esse documento, desde há muito conhecido dos investigadores, continua a ser, actualmente, trabalhado e penso que continuará, na medida em que um documento de tão imensa riqueza, poderá sempre revelar facetas novas e interessantes. Alexandre Herculano, penso ter sido o primeiro investigador a prestar-lhe atenção, tendo-lhe dedicado um pequeno artigo que publicou no *Panorama* em 1840 e que foi depois recolhido entre os seus demais trabalhos breves (HERCULANO, Alexandre – “Crenças populares portuguesas ou superstições populares”. In *Opúsculos*. T. IX - *Literatura*, t. I, 3.<sup>a</sup> ed. Lisboa - Rio de Janeiro: Bertrand - Francisco Alves, 1898, pp. 155-183) e OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, t. I. Lisboa: Tip. Universal, 1885, pp. 273-276. Vários outros investigadores, entretanto, se lhe têm referido, como, por exemplo, SEQUEIRA, Gustavo de Matos – “A epopeia de Lisboa”, p. 228, ou MARQUES, A. H. de Oliveira – *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos de vida quotidiana*. 6.<sup>a</sup> ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010, pp. 206-207, até o mais recente, FARELO, Mário – “As procissões de 1385 na “muy noble e sempre leal cidade de Lisboa””. In TAVARES, Rui (dir.) – *Portugal, uma retrospectiva – 1385*. Lisboa: Tinta da China, 2019, pp. 49-63. Será este o principal apoio do meu trabalho, a partir das duas edições a que acima me referi. Os procedimentos aqui denunciados e que adiante analisarei, eram comuns a

meio urbano mais esclarecido e cosmopolita que em Portugal, à data, se podia encontrar. Na verdade, de acordo com o documento em questão, eram estes os pecados que na opinião dos magistrados lisboetas e por certo, sobretudo na dos teólogos que os orientavam, mais ofendiam a Deus.

De entre todas as maldades que se praticavam em Lisboa como em qualquer outro local – e as chamadas cartas de perdão, de que as chancelarias régias nos preservaram muitas centenas de exemplares provam isso mesmo – os responsáveis da cidade, naquela tarde da batalha, privilegiaram quase só aquelas que se podem incluir no âmbito da magia e da bruxaria, juntando a elas alguns costumes pagãos, ao tempo ainda em vigor, embora mais ou menos desvirtuados dos seus primeiros objectivos.

Não obstante todos os esforços desenvolvidos pela Igreja e até por leigos, quando chegamos a épocas próximas desta que aqui está em análise o Cristianismo coexistia ainda com práticas nitidamente pagãs<sup>100</sup>. Embora desde bastante cedo se ter tentado substituir algumas dessas práticas, sobretudo as que ocorriam em datas fixas, por festas comemorativas de alguns Santos ou acontecimentos da história do Cristianismo. Assim, por exemplo, a do Solstício do Inverno pelas comemorações do nascimento de Jesus, dado que até acarretava consigo o da Sua circuncisão, oito dias mais tarde e portanto no primeiro de Janeiro, dia dedicado às festas do deus Jano, que “abria o ano”, como deus das portas que era, ou a do solstício do Verão, em Junho, pelas festas dedicadas a S. João Baptista. Entre várias outras<sup>101</sup>.

---

todas as sociedades da época. Veja-se, por exemplo, FERNÁNDEZ CONDE, Javier – *La religiosidad medieval en España. Baja Edad Media*. Gijón: Ediciones Trea, 2011, pp. 281 e seg.

<sup>100</sup> Podem ver-se entre diversos outros trabalhos: MARQUES, A. H. de Oliveira – *A sociedade medieval portuguesa*, pp. 205-206; COELHO, Maria Helena da Cruz – “A festa – a convivialidade”. In MATTOSO, José (dir.) – *História da vida privada em Portugal*. Vol. I – *A Idade Média*. Coord. por Bernardo Vasconcelos e Sousa. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2010, p. 148; VALDEÓN BARUQUE, Julio – “Reflexiones sobre la cultura popular en la Edad Media”. *Edad Media* 1 (1998), p. 25; MOLLAT, Michel – “Les formes populaires de la piété: introduction au colloque sur la piété populaire”. In *La piété populaire au Moyen Âge. Actes du 99<sup>e</sup> Congrès national des Sociétés Savantes, Besançon, 1974*. T. I. Paris: Bibliothèque nationale, 1977, p. 15; Francis RAPP, *L'Église et la vie religieuse en Occident à la fin du Moyen Âge*, Paris, 1971, p. 161; MITRE FERNÁNDEZ, Emilio – *Desprecio del mundo y alegría de vivir*, p. 119.

<sup>101</sup> Muitos autores têm abordado este assunto. Veja-se, HEERS, Jacques – *Fêtes, jeux et joutes dans les sociétés d'Occident au Moyen Âge*, Montreal – Paris: Institut d'études médiévales, 1982, pp. 45 e seg. E como trabalho de autoria portuguesa, COELHO, Maria Helena da Cruz – “A festa – a convivialidade”, pp. 148-149.

Todavia, embora com diferentes roupagens – e mesmo assim nem sempre – os cultos ancestrais continuaram presentes, com a sua enorme carga de magia, a exercer o seu fascínio. Na verdade, como diz Franco Cardini, a inclinação para o mundo mágico parece nascer do mais fundo do âmago da condição humana<sup>102</sup>. É muito difícil de erradicar. A própria Igreja só já tardiamente se preocupou a sério com o assunto. No século XIII ainda podia, pela voz de alguns dos seus pregadores, falar com indulgência de práticas mágicas e adivinhação<sup>103</sup>. Foi o proliferar de heresias da época, entre as quais o Valdismo e o Catarismo foram as mais significativas, que a Igreja começou a endurecer a sua posição, até chegar aos métodos e atitudes que são conhecidos<sup>104</sup>.

É certo que em Portugal nenhuma daquelas heresias teve grande significado, mas aqui chegaram os ecos da luta que contra elas se movia em outras paragens, com endurecimento no ataque a todas as práticas não autorizadas pela Igreja. Sobretudo as elites urbanas estavam a par do que se passava e queriam agir em conformidade. Porém, os tempos que então se viviam eram, desde há muito, contrários ao sossego, à segurança, em toda a Europa ocidental e assim também entre nós e talvez de uma maneira especial em Lisboa. E a magia, a crença de que por ela era possível, mediante determinados rituais consubstanciados em palavras e gestos, manipular

<sup>102</sup> CARDINI, Franco – *Magía, brujería y superstición en el Occidente medieval*. Trad. de Antonio-Prometeo Moya. Barcelona: Ediciones Península, 1982, p. 9. De uma outra maneira José Mattoso diz-nos mais ou menos o mesmo quando afirma que o pensamento mítico e simbólico tem uma surpreendente resistência e permanece nas camadas mais recônditas do pensamento actual (MATTOSO, José – “A cidade medieval na perspectiva da história das mentalidades”. In *Cidades e história. Ciclo de conferências promovido pelo serviço de Belas-Artes em Novembro de 1987*. [Lisboa]: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992, p. 21).

<sup>103</sup> VINCENT, Catherine – *Église et société en Occident XIII<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècles*. Paris: Armand Collin, 2009, p. 240; PALOU, Jean – *A feitiçaria*. Trad. de Edith Soares. Lisboa: Via Editora, 1978, p. 39.

<sup>104</sup> SCHMITT, Jean Claude – *História das superstições*. Trad. de Luís Serrão. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1997, pp. 148-152; ARRANZ GUSMÁN, Ana – “La plenitud medieval (siglos XI-XIII)”. In NIETO SORIA, José Manuel (coord.) – *Europa en la Edad Media*. Madrid: Akal, 2016, pp. 339-351; VALDEÓN BARUQUE, Julio – “Reflexiones sobre la cultura popular”, p. 25; PALOU, Jean – *A feitiçaria*, p. 39. Segundo Jacques LE GOFF, após um período, por certo longo, de repressão do maravilhoso proveniente de heranças de tempos antigos, pré-cristãos, por volta dos séculos XII-XIII assiste-se à sua irrupção na cultura laica erudita, onde as novelas de cavalaria desempenhavam um importante papel e onde a magia, o maravilhoso, era preponderante. Aliado ao facto de a Igreja ter, por assim dizer, cristianizado antigos cultos pagãos, ter tirado a esta herança ancestral grande parte da sua perigosidade, ter conseguido domesticá-la e recuperá-la, permitiu-lhe olhar para todos os seus aspectos com relativa tolerância, tendo abrandado os seus ataques (LE GOFF, Jacques – “O maravilhoso no Ocidente medieval”. In *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente medieval*. Trad. de José António Pinto Ribeiro. Lisboa: Ed. 70, 1985, pp. 22-23).

os poderes ocultos em benefício próprio ou em malefício de outrem e sobretudo conhecer de antemão o que está para vir, abre uma janela de esperança. Como reconheceu José Pedro Paiva, a magia limita a angústia<sup>105</sup>. O que, em tempos de grandes perturbações, não é pequena coisa. E é nessas alturas que as práticas mágicas reflorescem com exuberância, ganham adeptos, ganham força, podem, até, inventar novas expressões. Por isso em Lisboa se cometiam muitos e graves pecados de idolatria, no dizer dos homens reunidos na câmara da cidade, naquela tarde de 14 de Agosto de 1385.

Por muito que essas práticas ajudassem a desanuviar as mentes dos que a elas se entregavam, acabavam por ser uma espada de dois gumes, na medida em que, ofendendo a Deus, acarretavam com elas as iras divinas, com todas as desgraças que nisso estavam implícitas.

Nestas circunstâncias os governantes da cidade tinham que tomar providências. E não havia escolha: era preciso congraçarem-se com Deus, captar o Seu auxílio. Era preciso, numa palavra, exorcizar o medo que tomara conta da cidade, colocando-se todos sob a mais alta protecção.

Foram, pois, elencadas as faltas que aos olhos daqueles homens se apresentavam como as mais graves e mais recorrentemente cometidas. E elas eram, essas faltas, apenas de dois tipos: como já atrás ficou dito, eram as que pretendiam, de qualquer modo, manipular as forças sobrenaturais – idolatria – e as que perpetuavam antigos cultos a divindades pagãs, ou práticas consideradas atentatórias de algum dogma da doutrina cristã.

Os pecados que se inscreviam no primeiro tipo eram muito numerosos e procuravam efeitos vários<sup>106</sup>. Podem considerar-se, por um lado, os feitiços e os encantamentos, com ou sem invocação específica dos demónios; por outro os

---

<sup>105</sup> PAIVA, José Pedro – “A magia e a bruxaria”. In AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.) – *História religiosa de Portugal*. Vol. 2 – *Humanismos e Reformas*. Coord. por João Francisco Marques e António Camões Gouveia. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, p. 369.

<sup>106</sup> José Pedro PAIVA (“A magia e a bruxaria”. p. 370) verificou isso mesmo para um âmbito um pouco mais alargado e também um pouco posterior àquele que de momento me ocupa. Jean DELUMEAU (*La peur en Occident*, pp. 54-63) fala em muito variadas acções mágicas de diversa natureza.



processos de adivinhação do futuro e por outro ainda o uso de palavras e gestos mágicos para obter determinados efeitos, ainda que esses efeitos visassem um fim benéfico<sup>107</sup>.

Durante esta época aqui em estudo e também nos seguintes séculos eram muitos os feiticeiros que pretendiam conhecer segredos ocultos e saber utilizá-los e manejar as forças neles contidas, encaminhando-as na direcção desejada e para os efeitos pretendidos. Eram membros das comunidades em que se inseriam, vivendo em sintonia com elas. Todos os conheciam e acreditavam nas suas capacidades, crença que era partilhada por todos os escalões da sociedade, que todos requisitavam os seus serviços. Faziam feitiços, ligamentos entre homens e mulheres, encantamentos que podiam ter a intervenção de espíritos maléficos<sup>108</sup>. Era muito grave, por um lado, o trato e o pacto, com esses espíritos infernais, em nítida rebeldia para com Deus; por outro o pedido/requisição do seu auxílio, quando o único, verdadeiro e legítimo socorro em todas as provações era o que provinha de Deus. Para além de ser um grande desafio aos poderes divinos, pressupunha que a acção executada visava uma finalidade, ela própria maléfica. E com efeito assim era em muitos casos, chegando a ter como desígnio a morte de alguém.

No entanto entre nós, como alhures, o campo amoroso era o que suscitava maior número de intervenções mágicas<sup>109</sup>, ou idolátricas, como as classifica o documento que estou analisando. Porém, embora na maior parte dos casos o que se procurava era o amor de alguém, o que era um mal, dados os métodos para isso utilizados, também se procurava provocar a infertilidade, masculina como feminina – ou essa infertilidade, a existir, era atribuída a procedimentos mágicos – o que constituía um duplo malefício, aliás muito temido na época. Por isso o confessor não devia

---

<sup>107</sup> Note-se que estou aqui a limitar-me exclusivamente aos pontos que foram tratados naquela reunião extraordinária da câmara, embora vá referindo, quando isso me parecer oportuno, outras acções mágico-supersticiosas apontadas em outra documentação ou bibliografia.

<sup>108</sup> *Rey de Portugall e do Algarve*, pp. 48-49; *Livro dos Pregos*, p. 251.

<sup>109</sup> Como verificaram José Pedro PAIVA (“A magia e a bruxaria”, p. 70) e Humberto Baquero MORENO (“A feitiçaria em Portugal no século XV”. In *Marginalidade e conflitos sociais em Portugal nos séculos XIV e XV. Estudos de história*. Lisboa: Ed. Presença, 1985, p. 65). No final do seu trabalho, este último autor apresenta um quadro com os casos que pôde encontrar, onde, na verdade, as relações amorosas se encontram num destacado primeiro lugar.

esquecer-se de perguntar ao confessando se deu alguma coisa a alguém “per modo de amadigos ou de feitiços”<sup>110</sup>.

Por sua vez as constituições sinodais consideravam estes pecados de feitiçaria e invocação de espíritos – os que fazem cercos para chamar os demónios – tão graves que não podiam ser absolvidos por qualquer sacerdote, mas apenas o bispo, depois de ele próprio ter examinado o caso, decidiria se o pecador era digno, ou não, de ser perdoado<sup>111</sup>.

Em tempos de incertezas era mais premente o desejo de conhecer o futuro e a tentação de satisfazer esse desejo. Já atrás ficou lembrado. Por isso as formas que a Idade Média utilizava na crença de obter respostas eram imensas. Os homens que elaboraram o documento em análise enumeraram algumas, a que deram o nome genérico de “obras de veedeira”, isto é, de vidente. Foram referidos agoiros, interpretação de sonhos, lançamento de roda, de sortes, derramamento de água através da joeira<sup>112</sup>, mas outras fontes portuguesas acrescentam algumas mais<sup>113</sup>, difíceis por vezes, de compreender, como, aliás, é também o caso do lançamento de água por joeira, que os homens de Lisboa elencaram. Penso, no entanto, que esta forma de vidência se inscreve na interpretação de figuras reflectidas em qualquer superfície brilhante, neste caso a água, mas que podia ser também um espelho, uma

<sup>110</sup> *Tratado de confissom* (Chaves, 8 de Agosto de 1489). Leitura diplomática e estudo bibliográfico por José V. de Pina Martins. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, p. 187. Aliás, a lei civil, neste como na generalidade dos casos semelhantes, vinha em auxílio da doutrina da Igreja. Vejam-se, por exemplo, *Ordenações Afonsinas*. Nota de apresentação por Mário Júlio de Almeida Costa, nota textológica por Eduardo Borges Nunes, liv. V. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, tít. XXXII, pp. 152-154; *Ordenações Manuelinas*. Nota de apresentação por Mário Júlio de Almeida Costa. Livro V. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, tít. XXXIII, §§ 1-4, pp. 92-95.

<sup>111</sup> *Synodicon Hispanum*. Dirig. por Antonio García y García. Vol. II – *Portugal*. Por Francisco Cantelar Rodríguez, Avelino de Jesus da Costa, Antonio García y García, Antonio Gutiérrez Rodríguez e Isaías da Rosa Pereira. Madrid: BAC, 1982, pp. 159, 257, 321, 334-335. Podiam, inclusive, merecer excomunhão: *Synodicon Hispanum*, vol. II – *Portugal*, pp. 21, 257, 334. Neste sentido o confessor não podia deixar de fazer ao seu confessando, ao analisar com ele os pecados contrários ao que está prescrito no primeiro mandamento – amar a Deus sobre todas as coisas – sete perguntas que aparecem por esta ordem: “a primeira como cree em Deus. A segunda se he sorteiro ou sorteira. A terceira se he adivinha. A quarta se tirou por agoiros. A quinta se tirou por sinos em que nascesse. A sexta se tirou por idoleiros. A septima se fez alguñs encantamentos” (*Tratado de confissom*, p. 183).

<sup>112</sup> *Rey de Portugall e do Algarve*, p. 49; *Livro dos Pregos*, p. 257.

<sup>113</sup> Lançar chumbo (derretido): *Tratado de confissom*, p. 192; PEREZ, Martim – “O penitencial de Martim Pérez em medievo-português”, ed. por Mário Martins. In *Lusitania Sacra* 2 (1957), pp. 99-100; acreditar nas estrelas, PEREZ, Martim – “O penitencial”; acreditar no signo: *Tratado de confissom*, p. 183.

espada, por exemplo<sup>114</sup>. Este era também um pecado considerado grave, dado que a sua absolvição competia apenas ao bispo da diocese, após o respectivo exame<sup>115</sup>. Revestia-se de muita gravidade, em primeiro lugar porque o conhecimento do futuro não pertence ao ser humano – “nom ha no mundo homẽ nem molher que possa veer o que ha de seer salvante soo Deus”<sup>116</sup>; porque “a so Deus nosso Senhor e atribuido saber as cousas escondidas”, sendo ofensa querer apropriar-se desse conhecimento assim reservado<sup>117</sup>; em segundo lugar, para maior ofensa ainda, essa apropriação era feita por intermédio dos poderes do mal.

Não obstante toda a força da Igreja acolitada pelos poderes laicos, a magia divinatória nada perdeu em termos da sua atracção junto das populações. E embora fossem surgindo outras formas de magia a atrair crescentemente as atenções, esta manteve-se com toda a sua importância<sup>118</sup>.

Acções abomináveis eram ainda, como atrás ficou lembrado, palavras e gestos supostamente poderosos, ainda que esses poderes fossem usados para fins benéficos. Assim proibia-se pôr mão<sup>119</sup>, medir cinta, ensalmar<sup>120</sup> olhado ou fazer qualquer outra coisa tendente ao tratamento de doenças humanas ou animais, desde que não aconselhadas, essas coisas, pela “arte da física”<sup>121</sup>. Assim eram os benzedores que estavam em causa, contra os quais, mais uma vez, tanto a Igreja como os poderes laicos se pronunciavam<sup>122</sup>.

<sup>114</sup> *Ordenações Afonsinas*, liv. V, tít. XXXXII, p. 152. Esta fonte refere ainda, dentro do contexto, o lançamento de vara (*ibidem*).

<sup>115</sup> Veja-se a documentação citada atrás na nota 111.

<sup>116</sup> *Tratado de confissom*, p. 192.

<sup>117</sup> *Synodicon Hispanum*, vol. II, *Portugal*, p. 257.

<sup>118</sup> KIECKHEFER, Richard – *A magia na Idade Média*. Trad. de Maria José Figueiredo. Lisboa: Temas e Debates, 2002, p. 140.

<sup>119</sup> O que também podia ser feito para adivinhar o futuro. No sínodo convocado por D. João Afonso de Azambuja, bispo de Lisboa, em 1403, onde se retomam diversos pontos de um outro, do seu antecessor, D. João Gomes, estabelecia que ninguém, “possesse mão em outra em maneira de veedeira ou encantadeira” (*Synodicon Hispanum*, vol. II, *Portugal*, p. 335).

<sup>120</sup> O documento que estou seguindo usa a palavra “escantar”, que não pude saber a que corresponde na linguagem actual. Penso que “ensalmar” será talvez correção, como aliás encontrou José SÁNCHEZ HERRERO (*Cádiz. La ciudad medieval y cristiana (1260-1525)*. 2.ª ed. Córdoba: Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Córdoba, p. 292) em contexto em tudo semelhante a este que de momento me ocupa e também relacionado com o “mal de olho”, quando estudou a cidade de Cádiz.

<sup>121</sup> *Rey de Portugall e do Algarve*, p. 49; *Livro dos Pregos*, p. 257.

<sup>122</sup> De novo remeto para a documentação citada na nota 111.

Estas práticas não podiam ser toleradas pela Igreja, pelo sacrílego que no seu desenrolar se verificava. Com efeito, nelas se usavam gestos e fórmulas litúrgicas, por vezes em longas passagens mais ou menos deturpadas, e que dentro do cerimonial tinham, supostamente, poderes mágicos<sup>123</sup>.

Estas palavras podiam ser pronunciadas ou escritas. Havia quem as trouxesse consigo, ornamentadas com figuras – carantolas<sup>124</sup> ou carauturas<sup>125</sup>, ambas as formas se encontram na documentação – mas nem tudo isto seria considerado pecaminoso, por quanto a fonte que tenho vindo a utilizar, de 1385, se refere apenas às figuras e o bispo de Lisboa, D. João Afonso de Azambuja, faz a distinção entre palavras más e desonestas e as que não podem ser encontradas na Bíblia<sup>126</sup>.

Eram estes os pecados de “idolatria” que os homens de Lisboa, naquela tarde de 1385 consideraram que deviam ser eliminados da sua cidade e termo. Os mesmos que, de uma maneira geral, também a Igreja considerava como os mais perniciosos, “porque nom pode nenhuñ de tal peccado usar, que nom participe da arte, e conversaçom diabolica”, como o próprio soberano reconhece<sup>127</sup>. Na esteira dos teólogos, naturalmente. Não admirava que todas aquelas práticas, mais do que quaisquer outras, atraíssem as iras divinas<sup>128</sup>.

Mas havia ainda mais algumas acções consideradas muito pecaminosas: as classificadas como “os danados costumes dos gentios”, que aqui se reduziam a cantar as janeiras e maias e a carpir os defuntos.

---

<sup>123</sup> Veja-se KIECKHEFER, Richard – *A magia na Idade Média*, pp. 26 e seg.

<sup>124</sup> *Rey de Portugall e do Algarve*, p. 49.

<sup>125</sup> *Synodicon Hispanum*, vol. II, *Portugal*, p. 334.

<sup>126</sup> O bispo de Lisboa proíbe que se tragam “escripturas nem nominas em que sejam escriptas pallavras maas e deshonestas com figuras e caranturas ou com nomes e palavras que nom possam seer emtendudas, nem achadas nas Santas Escripturas” (*Synodicon Hispanum*, vol. II, *Portugal*, p. 334).

<sup>127</sup> *Ordenações Afonsinas*, liv. V, tít. XXXXII, p. 153.

<sup>128</sup> Curiosamente, a blasfémia contra Deus e os Santos não foi considerada, neste momento, mas apenas dias mais tarde, como adiante referirei.

Carpir os mortos era herança proveniente de longas eras e que em algumas civilizações adquiria enorme importância – como na romana<sup>129</sup> – e dava origem a cenas de grande dramatismo, que passavam por gritos desesperados para reter o defunto, por rasgar o vestuário, arrancar o cabelo e a barba, arranhar-se na cara, ferir-se e por outras manifestações de dor violenta<sup>130</sup>.

Tal como em relação aos ritos anteriormente abordados, a Igreja foi modificando, ao longo dos tempos, o seu entendimento sobre tais práticas. Embora em mais recuados séculos a liturgia hispânica tenha contemporizado com estes costumes, desde cedo algumas vozes se levantaram em seu detrimento<sup>131</sup> e as críticas que suscitaram foram-se tornando cada vez mais duras. Todavia, sem conseguir aboli-los. Eles faziam parte dos rituais da morte e entre nós, ao menos no século XIII, altura em que já eram mal vistos e se propunham cânticos e salmos para que o pranto de homens e mulheres resultasse menos notório, tinham lugar em dois momentos: quando se transportava o corpo de casa para a igreja e após a sepultura<sup>132</sup>. Em outros lugares os rituais podiam conhecer um desenrolar diferente<sup>133</sup>.

Na época aqui em análise estas manifestações de dor assim tão ruidosa e dramaticamente demonstrada, consideravam-se um atentado ao dogma da Ressurreição<sup>134</sup>, uma vez que, havendo a certeza do reencontro num mundo melhor, a morte era apenas um afastamento temporário, crença suficiente para minorar todos os sofrimentos. Por isso em Lisboa se proibiam estas práticas contrárias aos mandamentos de Deus, embora, compreendendo que a morte traz sempre desolação

<sup>129</sup> Como salientou MATTOSO, José – “Os rituais da morte na liturgia hispânica dos séculos VI a XI”. In MATTOSO, José (dir.) – *O reino dos mortos na Idade Média Peninsular*. Lisboa: João Sá da Costa, 1996, p. 58.

<sup>130</sup> Muitos autores têm trabalhado este tema. Podem ver-se, entre outros: MATTOSO, José – “Os rituais da morte”; ARIÈS, Philippe – *L’homme devant la mort*. Paris: Éd. Le Seuil, 1977, pp. 144-145; ARIÈS, Philippe – “Richesse et pauvreté dans la mort au Moyen Âge”. In *Essais sur l’histoire de la mort en Occident du Moyen Âge a nos jours*. [Paris]: Éd. Le Seuil, 1975, pp. 86-87; BASTOS, Maria do Rosário – “Prescrições sinodais sobre o culto dos mortos nos séculos XIII a XVI”. In MATTOSO, José (dir.) – *O reino dos mortos na Idade Média Peninsular*. Lisboa: João Sá da Costa, 1996, pp. 111-112; SÁNCHEZ HERRERO, José – *Cádiz. La ciudad medieval y cristiana*, p. 292.

<sup>131</sup> MATTOSO, José – “Os rituais da morte na liturgia hispânica”, p. 58.

<sup>132</sup> AZEVEDO, Rui Pinto de – “Compromisso da confraria do Espírito Santo de Benavente”. *Lusitania Sacra* 6 (1962-1963), p. 19.

<sup>133</sup> Philippe Ariès fala num ritual composto por quatro partes, sendo que só a primeira, logo após o defunto ter exalado o último suspiro, as lamentações e os actos de dor, comuns das populações da época tinham o seu lugar (ARIÈS, Philippe – “Richesse et pauvreté dans la mort”, p. 19).

<sup>134</sup> BASTOS, Maria do Rosário – “Prescrições sinodais sobre o culto dos mortos”, p. 111.

e dor aos familiares e mesmo aos amigos dos falecidos, permitia-se usar dó e que se pudesse chorar<sup>135</sup>. Apesar de tudo, o afastamento é uma perda, que pode ser muito grande.

As festividades do primeiro dia de Janeiro, a marcarem o início do ano e do primeiro de Maio, com o renovar da vida e com o ritmo do rejuvenescimento das plantas e assim da Natureza, provêm, como as demais crenças aqui mencionadas, de um fundo tradicional muito antigo, de origens pagãs, e eram celebradas com rituais destinados a aplacar ou a tornar propícios os deuses que presidiam às respectivas funções.

Sobretudo em relação ao primeiro dia do ano continuavam em vigor muitos ritos ancestrais que em Lisboa, como por certo em muitos outros lados, eram executados na crença da sua eficácia. Para lá dos cânticos que, se não podiam ser em louvor do deus Jano, continuavam, por certo, a ser propiciatórios<sup>136</sup>, uma vez que se rodeavam de uma série de acções precisamente tendentes a tornar o ano mais favorável e a afastar os encantamentos do dia, em cada ano primordial<sup>137</sup>, executavam-se outras acções. Era por certo para exorcizar os maus agouros e outros males de origens obscuras, que em Lisboa, nesse dia, se lançava sal às portas, se juntavam ou britavam águas<sup>138</sup> – não tomassem águas, diz uma outra lição<sup>139</sup> – tudo isto “so titollo de janeiro”<sup>140</sup>, acreditando com estas práticas e outras mais, haver melhor ano ou mês<sup>141</sup>, prova de que estes actos eram tidos como eficientes, actuantes, pela generalidade da população.

É possível que nestas festas de Janeiro houvesse também rituais de outro tipo e talvez desfiles com raparigas vistosas e ricamente ornamentadas, como era

---

<sup>135</sup> *Rey de Portugall e do Algarve*, p. 49; *Livro dos Pregos*, p. 256.

<sup>136</sup> O cantar das janeiras só podia ter já um sentido bastante modificado do que eram, por exemplo, na Roma antiga, mas o certo é que deviam conter em si um enorme potencial de atracção para terem chegado quase até aos nossos dias, embora com conotações exclusivamente lúdicas e, portanto, de todo desvirtuadas. Ao menos no que se refere aos cânticos, que esses permaneceram.

<sup>137</sup> Martim Pérez denunciava, junto com adivinhos, agoureiros, encantadores, sorteiros e outros mais, os que acreditavam nos encantamentos do primeiro dia do ano (PÉREZ, Martim – “O penitencial”, pp. 99-100).

<sup>138</sup> Não pude saber em que consistiam estas acções.

<sup>139</sup> *Synodicon Hispanum*, vol. II, *Portugal*, p. 335 (Sínodo convocado pelo bispo de Lisboa em 1403).

<sup>140</sup> *Rey de Portugall e do Algarve*, p. 49; *Livro dos Pregos*, p. 256.

<sup>141</sup> *Synodicon Hispanum*, vol. II, *Portugal*, p. 335.

tradicional no primeiro de Maio, na medida em que o documento que tenho vindo a seguir proíbe que se emprestem bestas, vestires, jóias e quaisquer outros “apostamentos” para janeiras ou maias, sob pena de os perder<sup>142</sup>. Em Maio é sabido que sim. E que eram alegres os cantares e festejos e que as moças que neles iam incorporadas faziam gala na riqueza dos vestidos que envergavam – próprios ou emprestados, como a documentação deixa dito – e se ornamentavam de flores, saudando o renovar da Natureza. Pormenor, este último, que em Janeiro seria bastante mais difícil de concretizar e devia, por certo, estar ausente.

Naquele momento de perturbação em que os homens de Lisboa se reuniram para produzir o documento que venho citando, não lembraram outras transgressões à lei divina, todos os dias, sem dúvida, cometidas na cidade e termo. Foi necessário um pouco mais de tempo, abrandada que fora a angústia que então se vivia, para, pensando melhor, perceberem que outras faltas havia a precisarem eliminação. Foi esse um trabalho posterior.

No entanto, mesmo em relação aqueles pecados que tinham recebido o estigma reprobatório, a única coisa possível era tentar dissuadir o povo de perseverar em tais práticas e isso apenas da maneira como, no direito civil, se procedia, isto é, por meio da aplicação de multas ou de degredo da cidade e termo, com pregão, isto é, com o máximo de publicidade. Aliás a Igreja, no que se refere às coimas, procedia de modo semelhante: de acordo com o preconizado pelos manuais de confesores, relativamente a muitas faltas. Inclusivamente a algumas das consideradas mais graves, as rigorosíssimas penitências que se encontravam estipuladas podiam ser substituídas por multas pecuniárias<sup>143</sup>.

Os resultados obtidos pelas determinações lisboetas não deviam ter obtido grande sucesso, como, aliás, era comum em circunstâncias semelhantes. Chegou-nos, para este mesmo caso, um claro exemplo de ineficácia. Precisamente a 14 de Agosto de 1402. Talvez como comemoração do sucedido havia quase vinte anos, o próprio monarca, reconhecendo o pouco sucesso que haviam tido as disposições tomadas

---

<sup>142</sup> Documentação citada na nota 140.

<sup>143</sup> Pode ver-se, como exemplo, *Tratado de confissom*, pp. 179-237 *passim*.

aquando da batalha e atribuindo a sua ineficácia ao reduzido montante da multa – apenas cinquenta libras<sup>144</sup> – deixou mandado que se elevassem os quantitativos a um patamar considerado suficiente para refrear aquelas tão pecaminosas práticas<sup>145</sup>. De novo com insucesso, uma vez que se conhece a sua continuação por tão dilatados tempos<sup>146</sup>. No entanto, para maior firmeza do que então se estabelecera, ficou determinado que de futuro, os juízes, regedores, vereadores, procuradores, ao iniciarem os respectivos mandatos, jurassem sobre os Santos Evangelhos guardar e cumprir o que então ficara ordenado e que duas vezes por ano, eles próprios ou outras pessoas idóneas inquirissem, sob juramento, pelas freguesias da cidade e termo, se alguém sabia de pessoas que aí usassem das “dictas maldades” e, encontrando-as, o facto lhes fosse “estranhado” de acordo com o que ficara estipulado<sup>147</sup>.

Todavia, as tentativas para estripar o mal da cidade já tinham nesta data antecedentes, aliás muito próximos. A 12 de Setembro de 1383, D. Fernando, já muito próximo do fim<sup>148</sup>, sob proposta lisboeta aprovou um autêntico plano de policiamento da cidade<sup>149</sup>. Só que, então, estavam em causa acções humanas individuais – roubos, mortes, outros atropelos de vária ordem – o que cabia dentro das capacidades e, mais, dentro das atribuições dos dirigentes locais. Era tudo muito mais simples.

### 3 – Promessas de acção de graças

Na circunstância em que na altura se encontravam, os dirigentes de Lisboa, conscientes de que não estava nas suas mãos fazer fosse o que fosse para influenciar os acontecimentos que iam seguir-se, sabiam também que não bastavam as

<sup>144</sup> Documentação citada na nota 140.

<sup>145</sup> *Rey de Portugall e do Algarve*, doc. 82, p. 158; *Livro dos Pregos*, doc. 240, p. 346.

<sup>146</sup> Na verdade, ainda actualmente existem tais práticas, embora possam ter adquirido outras formas e, assim, homens e mulheres que se lhes dedicam, com sucesso em termos da clientela que conseguem angariar e dos proventos que isso, sem dúvida, lhes traz.

<sup>147</sup> *Rey de Portugall e do Algarve*, p. 50; *Livro dos Pregos*, p. 256.

<sup>148</sup> D. Fernando encontrava-se já nesta altura tão doente, que na última entrada que fez em Lisboa, pouco tempo antes da data do documento que estou a utilizar, chegou de noite e não quis que pessoa alguma o visse (GOMES, Rita Costa – *D. Fernando*, p. 169). Por isso o documento deve reflectir apenas o parecer dos homens de Lisboa e, eventualmente, de alguns conselheiros do rei.

<sup>149</sup> *Livro dos Pregos*, doc. 94, pp. 173-174.



tentativas de limpeza da cidade – conheciam, por experiência própria, como elas eram, de uma maneira geral, pouco eficazes – mas era preciso ir mais além. Era preciso organizar clamores colectivos, tão volumosos quanto possível, de modo a serem bem audíveis lá em cima, na esfera de Deus e dos Seus Santos. E para isso, para congregar multidões, nada melhor, na época, do que organizar uma grande e vistosa procissão. Foi o que prometeram fazer, triplicando os eventos e os destinos a que se dirigiam.

A procissão, com origens ao tempo já antiquíssimas, entroncando nas Escrituras Sagradas<sup>150</sup>, era uma das cerimónias religiosas mais difundidas e participadas da época<sup>151</sup>, até porque a sua espectacularidade, a sua visibilidade, a sua envolvência com o corpo citadino, com as ruas por onde se desenvolvia a passo lento, muitas vezes transportando a Hóstia consagrada, o Corpo de Deus, que, por assim dizer, ia sacralizando o espaço, tudo isso se apresentava muito conforme com a sensibilidade de uma Idade Média que se encontrava já perto de chegar ao fim<sup>152</sup>.

Ficou então estabelecido que para se reconciliarem com Deus, não bastando abandonar os maus costumes, era preciso substituí-los por outros de sinal contrário. Estabeleceu-se que para o futuro se realizassem todos os anos três procissões solenes, precisamente naqueles dias em que mais costumavam pecar, isto é, nos dias primeiro de Janeiro, primeiro de Maio e de Santa Cruz. A procissão que iniciava a série fazia-se na catedral, em louvor do Nascimento e Circuncisão de Jesus, sem

<sup>150</sup> RAPP, Francis – *L'Église et la vie religieuse en Occident à la fin du Moyen Âge*. Paris: Presses Universitaires de France, 1971, p. 145; GOUVEIA, António Camões – “Procissões”. In AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.) – *História religiosa de Portugal*. Vol. 2 – *Humanismos e Reformas*. Coord. por João Francisco Marques e António Camões Gouveia. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, p. 334.

<sup>151</sup> Muitos têm sido os investigadores a quem o tema das procissões tem interessado. Sobre a importância destas manifestações públicas podem ver-se, entre outros mais: COELHO, Maria Helena da Cruz – *Festa e sociabilidade na Idade Média*. Coimbra: Delegação do Inatel - Assoc. para o Desenvolvimento e Defesa da Alta de Coimbra, 1994, p. 17; SILVA, Maria João Violante Branco Marques da – “A procissão na cidade: reflexões em torno da festa do Corpo de Deus na Idade Média portuguesa”. In TAVARES, Maria José Ferro (coord.) – *A cidade: Jornadas inter e pluridisciplinares*. Lisboa: Universidade Aberta, 1993, p. 197; ARAÚJO, Renata de – *Lisboa: a cidade e o espectáculo na época dos Descobrimentos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, pp. 31 e seg.; MOLINA MOLINA, Ángel Luis – “Estampas medievales murcianas desde la romántica caballeresca, caza y fiesta à la predicación, procesión y romería”. In *Fiestas, juegos y espectáculos en la España medieval. Actas del VII Curso de cultura medieval celebrado en Aguilar de Campoo (Palencia) del 18 al 21 de septiembre de 1995*. Aguilar de Campoo – Madrid: Polifemo, 1999, p. 59.

<sup>152</sup> Adiante voltarei a referir-me a este assunto.

indicação de outro lugar a que se dirigisse<sup>153</sup>; seguia-se, no dia de S. Tiago e S. Filipe, quando “se costumava de fazer onrra a Maya”, em louvor da Virgem Maria, com destino a Santa Maria da Escada<sup>154</sup>; a última devia realizar-se no dia de Santa Cruz, em honra dessa mesma Cruz e o destino seria o templo de igual invocação.

Muito importantes devem ter sido consideradas essas promessas, até pelo simbolismo de que sem dúvida se revestiram, pois o mesmo documento nos informa de que elas foram feitas naquele dia 14 de Agosto, “logo com sayda das vesperas na see”, onde todos tinham estado a orar, “em a qual ora se começou a batalha”<sup>155</sup>.

Era demasiada coincidência para não impressionar de forma indelével as mentes medievais. Não só os lisboetas, mas todos aqueles que do facto tiveram conhecimento. E a notícia, como era habitual, deve ter-se espalhado com a rapidez possível.

### III – A DESCOMPRESSÃO E O AGRADECIMENTO

#### 1 – O anúncio da vitória

À hora em que se travava a batalha nos campos de S. Jorge, em Lisboa pouco mais se saberia para além de que o prélio era inevitável, que seria decisivo para o futuro do País e, naturalmente, da cidade e de todos eles. Passava-se tudo suficientemente ao longe para que notícias fidedignas demorassem a chegar. Mas sem dúvida que se tinha conhecimento da deslocação do exército português na direcção do castelhano, porque os preparativos e o rumo tomado não passavam despercebidos em Lisboa. Aliás, muitos dos seus homens caminhavam ou cavalgavam integrados na coluna portuguesa. Conhecedores dos trajectos e dos terrenos como muitos em Lisboa

---

<sup>153</sup> Aparentemente, esta procissão cujo destino não ficou expresso, realizar-se-ia apenas ao redor da sé ou, pelo menos não saindo do velho casco mourisco, o que não parece ser costume medieval, mormente porque estes cortejos congregavam sempre grande número de participantes, sobretudo numa cidade já tão populosa como Lisboa o era.

<sup>154</sup> Santa Maria da Escada era já, na altura, um santuário de peregrinação (MARQUES, A. H. de Oliveira – *A sociedade medieval portuguesa*, p. 192).

<sup>155</sup> *Rey de Portugall e do Algarve*, p. 50; *Livro dos Pregos*, p. 258.

seriam, era fácil conjecturar de forma aproximada, o momento do encontro. A angústia adensar-se-ia, sem dúvida, com a aproximação do momento decisivo. E não seriam apenas as preces que se multiplicariam e subiriam de tom – acompanhadas, talvez, por outras com diferentes rituais e linguagem, saídas de judiarias e mouraria, onde muito havia, também, a perder – mas a ânsia de saber, de agarrar o futuro, de, de uma maneira ou de outra, descansar um pouco no conhecimento. Por isso os boatos começaram a circular.

Diz-nos o Cronista que sem se saber como, mas “asy como milagre”, naquela hora em que a batalha foi travada “naçeraõ na çidade hũas graçiosas novas mereçedoras dalvissaras”: um homem vestido de vermelho viera anunciar que a batalha fora vencida. O alvoroço foi imenso. Todos perguntavam querendo certificar-se da verdade, andavam de casa em casa onde era dito que ele pousava, mas em vão. Sossegaram por fim, mas talvez mais descansados, porque tomaram tudo aquilo por bom começo<sup>156</sup>.

Era este um boato comum na época. Segundo os especialistas na matéria, as batalhas campais, sobretudo se previsivelmente definitivas, como era o caso, foram poucas mas, sem dúvidas, todas elas altamente angustiantes para todas as populações nelas interessadas. Desafiavam uma sensibilidade tão pronta a manifestar-se das formas mais extraordinárias<sup>157</sup>. Eram frequentes, em situações semelhantes àquela que Lisboa vivia, os relatos de figuras sobrenaturais, ou de alguém morto na batalha – e desse modo transformado também numa dessas figuras – aparecendo em lugares bem afastados a anunciar o resultado do prédio<sup>158</sup>.

Talvez aqui, em Lisboa, depois de Aljubarrota, fosse algum destes últimos, na medida em que, não sendo mencionada qualquer entidade espiritual, é talvez sintomática a

<sup>156</sup> LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, vol. II, cap. XLVI, p. 121.

<sup>157</sup> Penso que uma prova disso mesmo está largamente documentada nas inúmeras imagens bizarras, cada uma mais do que a outra, que povoam tantos dos manuscritos que a Baixa Idade Média nos legou.

<sup>158</sup> ROSA, Maria de Lurdes – “Por detrás de Santiago e das feridas bélicas: mitologias perdidas da função guerreira”. In COELHO, Maria Helena da Cruz; GOMES, Saul António; REBELO, António Manuel Ribeiro (ed.) – *A guerra e a sociedade na Idade Média. Actas das VI Jornadas luso-espanholas de estudos medievais, 6, 7 e 8 de Novembro de 2008*. Vol. II. Campo Militar de S. Jorge – Porto de Mós – Alcobaça – Batalha: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, pp. 393.

figura de um homem que ninguém conhecia, que ninguém encontrava quando todos o procuravam e que vestia de vermelho – a cor do sangue.

Um pouco mais descansados pelo “bom augúrio”, contudo os lisboetas não descuraram das suas contínuas orações, reunindo-se nas igrejas – de um modo especial na sé – para entoarem em coro a *Salvé Rainha* em honra e louvor da Mãe de Deus e mesmo quando mais tarde, um moço de Alenquer, esse bem um ser humano, aí chegou confirmando o boato do primeiro dia, a sua alegria foi tamanha que ainda lhes custava a acreditar. Só quando alguém que vira a chegada do rei castelhano à sua frota, “desbaratado” e de regresso à sua terra, lhes narrou o facto, é que de todo acreditaram. Só então, escutando o relato de testemunha presencial, afastadas todas as dúvidas, era o tempo das grandes e sentidas manifestações religiosas: todos descalços em sinal de penitência, organizados em procissão, dirigiram-se a Santa Maria da Escada, onde foi celebrada missa e onde por certo um dos frades franciscanos ou dominicanos, como era hábito, os brindou com uma pregação, sem dúvida de agradecimento e louvor a Deus e à Virgem<sup>159</sup>.

Como diz Thomás Labbé, na Idade Média, era à volta do religioso que se formava o processo da reconstrução social<sup>160</sup>. Era assim aquando de qualquer catástrofe natural, era assim também em outras situações de grande tensão, geradoras de necessidades religiosas provocadas pelo choque moral.

Estava feito. A batalha fora vencida e agora já não restavam dúvidas em Lisboa. Os rituais religiosos em que todo o povo participara tinham actuado no sentido de uma mais completa ligação com Deus – na medida em que haviam demonstrado a

---

<sup>159</sup> LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, vol. II, cap. XLVI, p. 122. Eram efectivamente estas Ordens mendicantes que desenvolviam uma nova forma de pregação, a que o povo aderira, pelo menos enquanto escutava as suas palavras. Veja-se, por exemplo, MARQUES, João Francisco – “A pregação medieval portuguesa”. In FONSECA, Luís Adão da; AMARAL, Luís Carlos; SANTOS, Maria Fernanda Ferreira (coord.) – *Os reinos ibéricos na Idade Média. Livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Vol. II. Porto: Livraria Civilização Editora, 2003, pp. 602 eseg.

<sup>160</sup> LABBÉ, Thomas – *Les catastrophes naturelles au Moyen Âge. XII<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècles*. Paris: Éditions C.N.R.S., 2017, p. 192.

gratidão da cidade, em vista do grande bem que recebera<sup>161</sup>. Todo o povo rejubilando em unísono, penitenciando-se em unísono<sup>162</sup>, sem dúvida emocionando-se em unísono com o sermão do frade pregador<sup>163</sup>, por certo agradara a Deus.

Se tudo quanto se viveu em Lisboa após a interiorização, na consciência colectiva do povo, de que a batalha era inevitável, até que de todo a calma possível se instalou, foi uma sucessão contínua de pontos mais ou menos altos vividos em comunidade, talvez não tenha sido dos menores aquele que correspondeu à chegada das ofertas que o rei enviou à cidade, constituídas por alguns dos despojos da batalha: cinco bandeiras e dois balsões do rei de Castela. Coisa “de pouca valia e muito de prezar”, como nos deixou dito o Cronista<sup>164</sup>. Com efeito, embora de reduzido valor intrínseco, o seu significado simbólico era enorme. E para Lisboa, na circunstância, representavam a sua libertação. Verdade que era geralmente reconhecida<sup>165</sup>; que D. João I reconheceu, sabendo como a oferta seria apreciada naquela cidade que tanto o ajudara a subir às alturas a que se encontrava guindado.

Um caso semelhante se verificou, um pouco mais tarde, em Castela, aquando da batalha de Toro, em que tanto os portugueses como os seus opositores se

<sup>161</sup> Na verdade, os pregadores medievais não descuravam a sua obrigação de alertar o povo para o grande pecado que era a ingratidão, sobretudo quando não eram reconhecidos os grandes favores que Deus dispensava, mormente em ocasiões de grande aperto, como tinha sido o caso em Lisboa.

<sup>162</sup> Na Idade Média era comum e nesta conjuntura muitas vezes se verificou em Lisboa e por certo em outros lugares, que em casos especiais, quando se queria manifestar com mais força, agradecimento ou súplica a Deus, todos os que se incorporavam na procissão caminhavam descalços. Era, ao mesmo tempo, a prossecução de dois objectivos: por um lado de penitência física, ao menos para quem habitualmente usava calçado – ao que, na verdade, nem todos tinham acesso – e por outro a publicitação do facto e ao mesmo tempo o sentimento de união com todos os outros. Eram importantes na época estes desideratos, continuados e até intensificados nos tempos seguintes, no sentido de lhe serem acrescentadas bem maiores mortificações. Não nos esqueçamos, por exemplo, das procissões de flagelantes, que tanta voga chegaram a ter.

<sup>163</sup> Sobre este assunto, de uma forma geral, pode ver-se BOQUET, Damien; NAGY, Piroska – *Sensible Moyen Âge: une histoire de les emotions dans l'Occident medieval*. Paris: Éd. Le Seuil, 2015, pp. 331 e seg.. Para este particular pode ver-se COELHO, Maria Helena da Cruz – *Festa e sociabilidade na Idade Média*, p. 17.

<sup>164</sup> LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, vol. II, cap. XLVII, pp. 122-123. Tem sido mencionado por diversos investigadores, como COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I*, p. 88, ou MONTEIRO, João Gouveia – *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, entre vários outros.

<sup>165</sup> Veja-se, por exemplo, GUENÉE, Bernard – *L'Occident aux XIV<sup>e</sup> et XV<sup>e</sup> siècles: Les États*. Paris: Presses Universitaires de France, 1971, p. 144.

consideraram vitoriosos<sup>166</sup>. Na altura, alguns despojos arrecadados pelos castelhanos, no máximo tão magros quanto aqueles – algumas bandeiras, o arnês de Duarte de Almeida e um pedaço da sua lança – foram solenemente depositados na catedral de Toledo<sup>167</sup>.

Quando em Lisboa se soube que o rei lhes oferecia “aquelas tão prezadas jóias”, a alegria transbordou. Os homens, todos armados, saíram as portas da cidade para as receber, por certo acompanhados de muitas mulheres e crianças e à vista da esquadra castelhana que ainda não deixara as águas do Tejo e passaram-nas, arrastando-as pelo chão e com uma outra, das armas do rei de Portugal altaneiramente erguida, até ao lugar onde, aquando do anterior cerco, o rei de Castela tinha armado o seu arraial. Porque, dali, tudo era bem visível a partir da frota inimiga.

Os troféus foram depois depositados na sé, onde mais uma vez, como não podia deixar de ser, o povo foi agraciado com um longo sermão a cargo de Frei Pedro, “gram leterado em theolesia e muy afamado de gramde preguador”<sup>168</sup>. Mais uma vez um franciscano.

## 2 – Agradecer a Deus

Restava agora à cidade manter e intensificar os seus agradecimentos a Deus, à Virgem Maria e a outros Santos auxiliares.

---

<sup>166</sup> Em Portugal festejou-se a data com a solenidade habitual nestes casos, mas durante pouco tempo. Os festejos deviam ter lugar no dia 2 de Março, mas Lisboa recebeu a ordem para a sua realização com data de 13 de Março de 1482 (*Livro das Posturas Antigas*. Leitura paleográfica e transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974, pp. 149-150), o que quererá dizer que o mandato só teve efeito em 1483 e a 1 de Março de 1491 recebeu ordem para a suspensão (*Livro das Posturas Antigas*, pp. 192-193), véspera da realização, quando já tudo devia estar preparado. Talvez o evento não tenha sido cancelado, dado o trabalho e os custos que sempre se encontravam subjacentes à organização de uma cerimónia religiosa deste tipo. Poderá, inclusive, ter mudado de sentido. De qualquer modo a celebração da “vitória” não teve longa vigência.

<sup>167</sup> ÁLVAREZ DE PALENZUELA, Vicente Ángel – “Una divina retribución: la batalla de Toro en la mentalidad castellana”. In COELHO, Maria Helena da Cruz; GOMES, Saul António; REBELO, António Manuel Ribeiro (ed.) – *A guerra e a sociedade na Idade Média. Actas das VI Jornadas luso-espanholas de estudos medievais, 6, 7 e 8 de Novembro de 2008*. Vol. I. Campo Militar de S. Jorge – Porto de Mós – Alcobaça – Batalha: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, pp. 51, 54.

<sup>168</sup> LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, vol. II, cap. XLVII, pp. 122-123. O Cronista desenvolve depois o sermão até à p. 129.

No dia seguinte ao do recebimento das bandeiras provenientes da batalha, mais uma vez os “honrados cidadãos” de Lisboa se reuniram na câmara com muitos outros do povo e com vários letrados e religiosos dos diversos mosteiros, para regulamentarem<sup>169</sup> a forma como, no futuro, se deviam comportar os lisboetas e quais e quantas acções de graças deviam ser perpetuamente rendidas a Deus e aos Santos para demonstrarem a sua gratidão. Sentiram que, neste transe, Deus estivera com eles. Mas os medos e as angústias experimentados tinham deixado marcas. Não queriam repeti-los. E era sempre possível que a sua má conduta de novo acarretasse sobre eles as iras divinas. Era preciso ir mais além: limpar melhor a cidade dos seus actos pecaminosos, promover mais algumas manifestações de louvor e adoração, não permitir que o grande favor recebido caísse no esquecimento<sup>170</sup>. Assim, ratificando tudo quanto dias antes tinha sido acordado, foram programadas mais algumas acções litúrgicas e estabelecidas penas para mais alguns pecados públicos.

Para além daquelas três procissões anuais que anteriormente tinham determinado fazer, foram estabelecidas nada menos que outras nove. Uma delas em louvor de S. Vicente, padroeiro que era da cidade, realizada na catedral a ir “onde o seu corpo jaz”. Outra em louvor de S. Jorge, a terminar na igreja da sua invocação. S. Jorge, aquele que tinha passado a ser o “apelido” de guerra dos portugueses, tanto, por certo, por influência inglesa, como por razões de irrefutável lógica. Se até aí portugueses e castelhanos “apelidavam” o mesmo Santo – S. Tiago, como é sabido – até porque a sua principal guerra era contra os muçulmanos, nestas circunstâncias não fazia qualquer sentido que assim continuasse a ser. A terceira procissão pretendia honrar os Santos Mártires de Lisboa, Veríssimo, Máxima e Júlia que, segundo a sua legenda, aqui tinham sido martirizados durante as perseguições decretadas por Diocleciano, embora, ao tempo, já se tivessem perdido as suas

<sup>169</sup> É Fernão Lopes quem localiza estas tomadas de decisão no dia seguinte ao recebimento das bandeiras (LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, cap. XLVIII, p. 129), continuando depois a seguir, bastante fielmente, o documento que então foi lavrado (LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, cap. XLVIII, p. 129-131) e de que eu própria me tenho vindo a utilizar, o que continuarei a fazer.

<sup>170</sup> Para reforçar esta ideia, o documento que tenho vindo a seguir foi copiado, no que a este ponto se refere, no chamado *Livro das Posturas Antigas*, um códice onde se guardava a legislação local e que, por isso mesmo, seria regularmente manuseado pelos governantes lisboetas que, assim, não poderiam alegar desconhecimento do que então ficara estabelecido (*Livro das Posturas Antigas*, pp. 114-116).

reliquias<sup>171</sup>. O que, de certo modo, ficou expresso no documento que tenho vindo a analisar, onde se encontra dito que esta procissão se devia dirigir a Santos “ou hu quer que os seus corpos jouverem”<sup>172</sup>. Isto é, Santos todos eles com ligações profundas à cidade ou ao acontecimento que tinha acabado de ocorrer.

Mas foram ainda programadas mais seis procissões, todas elas marianas. Todas com datas cirurgicamente escolhidas: as primeiras três nas vésperas do Nascimento, Anunciação e Purificação da Virgem; as restantes em três dias seguidos, de modo a fazer a última coincidir com a véspera da Assunção<sup>173</sup>, a festa mariana maior – o dia da batalha. Era necessário que Maria fosse honrada de forma singular e mais expressiva. Porque era a Mãe de Deus, intercessora privilegiada junto do Filho, e portanto do Pai; porque lhe “prougue que nosso senhor el rey ouvesse tam stemada vitorya”, precisamente na véspera da Sua “mais Solene festa e aa ora que se per todos estes regnos seus lououres cantavam”<sup>174</sup>. Parece não se cansarem de repetir a coincidência. Para melhor a vincarem. Com todo o seu valor simbólico. Para não ser esquecida. Esta circunstância tinha, sem dúvida, calado fundo nas mentalidades portuguesas, a tornar mais viva a devoção à Virgem<sup>175</sup>.

Para todas estas procissões os “cidadãos honrados” de Lisboa convocavam a cidade inteira, ou, ao menos, uma pessoa de cada casa. Como costumava fazer-se no dia do Corpo de Deus. Nada mais ficou escrito a seu respeito. Todavia, as três procissões de Agosto, carregadas de um tão grande simbolismo, determinavam três dias de grande devoção.

---

<sup>171</sup> Sobre estes Santos e algumas dúvidas relacionadas com a legenda é interessante o trabalho de GAMEIRO, Odília Alves – “Sociologia e geografia do culto medieval dos Santos Mártires de Lisboa”. In KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís (coord.) – *Lisboa medieval: os rostos da cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 371-375.

<sup>172</sup> *Rey de Portugall e do Algarve*, p. 51; *Livro dos Pregos*, p. 259.

<sup>173</sup> Para todas estas procissões veja-se FARELO, Mário – “As procissões de 1385”, sobretudo pp. 59-62.

<sup>174</sup> Bibliografia citada na nota 172.

<sup>175</sup> Devoção que se desenvolvia na esteira dessa outra centrada na humanidade de Cristo. Também sobre este ponto muitos autores se têm pronunciado. Vejam-se, como exemplo, COSTA, Avelino de Jesus da – “A Virgem Maria padroeira de Portugal na Idade Média”. *Lusitania Sacra* 2 (1957), sobretudo pp. 18-38.



No primeiro desses três dias a procissão dirigia-se ao mosteiro da Trindade – por certo a partir da Sé, como as seguintes – onde, à chegada, os participantes escutavam um sermão, findo o qual assistiam a três missas cantadas em louvor da Santíssima Trindade; no segundo o destino era a capela do Salvador, no mosteiro de S. Francisco, onde, após o sermão, eram cantadas cinco missas em honra das cinco chagas de Cristo; no terceiro, tendo como ponto de chegada o mosteiro de Santa Maria da Graça, ouvia-se, à entrada, a inevitável pregação, à qual se seguiam sete missas cantadas, em louvor das sete alegrias da Virgem. As duas primeiras teriam carácter penitencial, uma vez que os seus participantes deviam incorporar-se nelas descalços; a última já seria apenas de louvor e acção de graças.

Se todas as procissões se queriam muito participadas, estas três últimas, além disso, deviam ser feitas “per a guisa que se faz ao Corpo de Deus e com aquella solenidade”<sup>176</sup>, isto é, com a grandiosidade espectacular que já então era seu apanágio e sobretudo, porque era o cerne desta festa, a mais solene de toda a Cristandade, com a exposição da Hóstia consagrada a percorrer as ruas da urbe, a permitir que os fieis se aproximassem, a olhassem longamente, beneficiassem desse contacto visual.

Na verdade, embora as festas do *Corpus Christi*, onde sobretudo avultava a procissão, não tivessem neste final de Trezentos, uma muito longa vigência, porque instituídas no século anterior<sup>177</sup>, rapidamente se tinham difundido por toda a parte, ganhando a maior importância e adesão popular. O que também entre nós se verificou<sup>178</sup>.

<sup>176</sup> *Rey de Portugall e do Algarve*, p. 51; *Livro dos Pregos*, p. 259.

<sup>177</sup> Também nesta matéria já numerosos investigadores e desde há muito, têm vindo a trabalhar. Podem ver-se, a título de exemplo: MARQUES, A. H. de Oliveira – *A sociedade medieval portuguesa*, p. 196; GAUVIN, Claude – “La Fête Dieu et le théâtre en Angleterre au XV<sup>e</sup> siècle”. In JACQUOT, Jean; KONIGSON, Elie (dir.) – *Les fêtes de la Renaissance*. T. III. Paris: Éd. du C.N.R.S., 1975, pp. 440, 441; RUBIO GARCÍA, Luis – *La procesión del Corpus en el siglo XV en Murcia y religiosidad medieval*. Murcia: Academia Alfonso X El Sabio, 1983, p. 13; ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. 2.<sup>a</sup> ed., org. por Damião Peres, vol. I. Porto: Portucalense Editora, 1967, p. 252; GONÇALVES, Iria – “As festas do *Corpus Christi* do Porto na segunda metade do século XV: a participação do concelho”. In *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, p. 153; SILVA, Maria João Violante Branco Marques da – “A procissão na cidade”, pp. 195-217.

<sup>178</sup> ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*, vol. I, p. 252; MARQUES, A. H. de Oliveira – *A sociedade medieval portuguesa*, p. 196.

Tratando-se de uma festa eucarística, ela correspondia, de uma forma talvez perfeita, aos anseios religiosos da época. Chegara-se à conclusão de que era necessário aproximar-se de Jesus para chegar ao Pai<sup>179</sup>. Assim, a devoção cristológica tomou novas formas, os cultos do Bom Jesus, do Corpo de Cristo, do Cristo Doloroso e outras: numa palavra, do Cristo Humano. A adesão sentimental a Deus pela contemplação da humanidade de Cristo, sobretudo dos Seus sofrimentos, mas também da Sua Encarnação, da Sua Ressurreição, eram exigências que se colocavam de forma cada vez mais insistente<sup>180</sup>. Por outro lado, a catequese eucarística, ensinando que na Hóstia consagrada estava verdadeiramente o corpo de Cristo e não apenas o seu símbolo, levava os fieis a quererem aproximar-se dela o mais possível, a quererem vê-la, a deslocarem-se de igreja em igreja para assistirem ao momento da Consagração que, inclusive, tomou a forma de elevação para que todos pudessem ver a Hóstia sem dificuldade<sup>181</sup>. Atribuía-se-lhe, mesmo, uma eficácia que se derramava pelo exterior<sup>182</sup>.

Não admira que os crentes tivessem aderido com tanto entusiasmo a estas festas e elas tivessem adquirido a pujança, a divulgação, o brilho que adquiriram. Eram estas festas que se queriam reproduzir em Lisboa nos dias antecedentes da Assunção da Virgem em comemoração da vitória.

<sup>179</sup> Esta crença que ainda no século XII era esporádica e saía apenas de ambientes de grande espiritualidade, divulgou-se de forma expressiva durante a centúria seguinte. No dizer de André Vauchez, já “au seuil du XIII<sup>e</sup> siècle deux certitudes fondamentales impregnent la conscience de la société religieuse de l’Occident: on ne va à Dieu que par Son Fils crucifié et, pour faire son salut, il faut se conformer au Christ” (VAUCHEZ, André – *La spiritualité du Moyen Âge occidental. VIII<sup>e</sup>-XII<sup>e</sup> siècles*. [Paris]: Presses Universitaires de France, 1975, p. 164).

<sup>180</sup> VAUCHEZ, André – “La piété populaire au Moyen Âge: état des travaux et position des problèmes”. In *La piété populaire au Moyen Âge. Actes du 99<sup>e</sup> Congrès national des Sociétés Savantes, Besançon, 1974*. T. I. Paris: Bibliothèque nationale, 1977, pp. 32-33; RAPP, Francis – *L’Église et la vie religieuse*, pp. 146-152; SARAIVA, António José – *História da cultura em Portugal*. Vol. I. Lisboa: Jornal do Fôro, 1950, pp. 654-658; HUIZINGA, Johan – *O declínio da Idade Média*, pp. 197-205; FERNÁNDEZ CONDE, Javier – *La religiosidad medieval en España. Plena Edad Media (ss. XI-XIII)*. Gijón – Oviedo: Ediciones Trea, 2005, sobretudo pp. 452-454; FERNÁNDEZ CONDE, Javier – *La religiosidad medieval en España. Baja Edad Media*, sobretudo pp. 330-332, entre muitos outros autores.

<sup>181</sup> RAPP, Francis – *L’Église et la vie religieuse*, pp. 145-147; MOLLAT, Michel – “Les formes populaires de la piété”, p. 20; GONÇALVES, Iria – “As festas do *Corpus Christi* do Porto”, pp. 144-145; PAUL, Jacques – *El Cristianismo occidental en la Edad Media. Siglos IV-XV*. Trad. de Julia Climent. Valencia: Pub. Universitat Valencia, 2014, p. 319; DÍEZ IBÁÑEZ, Jorge – “Crisis y transformaciones (siglos XIV-XV)”. In NIETO SORIA, José Manuel (coord.) – *Europa en la Edad Media*. Madrid: Akal, 2016, p. 521.

<sup>182</sup> PAUL, Jacques – *El Cristianismo occidental*, pp. 318-319; VINCENT, Catherine – *Église et société en Occident*, pp. 142-143.

Neste contexto Lisboa aumentou em doze o número das procissões a realizar anualmente na cidade. Número que crescia sempre com algumas outras, não periódicas, organizadas a pretextos vários<sup>183</sup>.

A acompanhar este autêntico e enorme ramalhete de procissões e missas, o povo devia entoar em coro, na sé e nas outras igrejas, a Salvé Rainha e a Lítania durante todo um ano, como, aliás, já vinha a fazer<sup>184</sup>.

A graça recebida tinha sido imensa, sem medida. Tudo era pouco para agradecer tão grande favor. Pelo contrário: era sempre preciso mais. Até porque, numa circunstância como esta em que Lisboa e, como é óbvio, Portugal no seu todo se encontravam ainda numa situação de grande fragilidade, era preciso ir sempre mais longe. No caso concreto da cidade era preciso limpá-la melhor das manchas do pecado. Não bastava pensar apenas naqueles que já tinham sido proscritos.

Dentro da esfera de competências dos governantes locais e assistidos de outros com eles reunidos para o efeito, entenderam que havia ainda “huum pecado mui publico e mui husado” que era o da “barreguiça dos casados”<sup>185</sup>, o qual cominaram com

---

<sup>183</sup> No *Livro das Posturas Antigas* que, como já acima ficou lembrado, era um códice de manuseamento frequente por parte das edilidades, foi-nos conservada uma lista de quinze procissões, embora para um período posterior a este de que me estou ocupando, que deviam “obrigatoriamente” realizar-se todos os anos em Lisboa, mas onde, no entanto, várias destas de 1385 estão ausentes (*Livro das Posturas Antigas*, pp. 114-116, 290). Também para época um pouco posterior, ARAÚJO, Renata de – *Lisboa: a cidade e o espectáculo*, p. 88, diz-nos que em média se realizavam em Lisboa três procissões por mês.

<sup>184</sup> *Rey de Portugall e do Algarve*, pp. 51-52; *Livro dos Pregos*, p. 259.

<sup>185</sup> Na primeira destas reuniões, ocorrida no dia da batalha, os pecados de cariz sexual, que tanto preocuparam os moralistas, parece não revestirem importância aos olhos dos homens ali reunidos. Era, porém, por assim dizer, obrigatório, que mais tarde, com mais calma para pensar, eles não continuassem esquecidos, ao menos aqueles que haviam tomado foros de pecados públicos, o que acontecia com frequência, dado serem do conhecimento da comunidade onde os pecadores se inseriam. Estavam neste caso as situações de barregania em que viviam alguns homens casados e também eclesiásticos, facto que não escondiam e por isso eram do domínio público. E se os moralistas, nas suas obras, se não cansavam de fustigar tais situações (veja-se, por exemplo, OLIVEIRA, António Resende de – “A sexualidade”. In MATTOSO, José (dir.) - *História da vida privada em Portugal*. Vol. I - *A Idade Média*. Coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2010, pp. 333-338), também os sínodos não se podiam desligar do assunto (para Lisboa veja-se o sínodo de 1403, em *Synodicon Hispanum*, vol. II, *Portugal*, p. 335) e o assunto interessou aos poderes civis, que muita legislação sobre o assunto produziram (*Ordenações del-rei D. Duarte*. Ed. preparada por Martim de Albuquerque e Eduardo Borges Nunes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, pp. 440-443; *Ordenações Afonsinas*, liv. II, tít. XXII, pp. 194-204; liv. V, sobretudo tít. XX, pp. 72-85 e tít. XXI, pp. 85-86. Veja-se também OLIVEIRA, António Resende de – “A sexualidade”, pp. 338-340).

penas severas que podiam chegar, à segunda reincidência, à proibição de administrar os bens do casal, tanto móveis como de raiz. Nesse caso a gerência ficaria a cargo da esposa, se fosse idónea para isso e, caso contrário, para alguém da família dela<sup>186</sup>. Ligado a este pecado, o da alcaiotaria, também muito usado, mas que tinha já proscrito na lei geral com as respectivas penas<sup>187</sup>.

Para além destas ainda duas outras faltas: não honrar e guardar o repouso dominical e blasfemar contra Deus e os Santos, pelo menos este último considerado muito grave<sup>188</sup>.

Embora apoiados, como anteriormente, por teólogos, os homens ali reunidos sabiam ser impotentes, por si sós, para imporem as suas determinações. Precisavam a seu lado a força da Igreja, ao mais alto nível a que podiam chegar: o seu bispo. Por isso lhe requereram “da parte de Deus que oolhe por correger e enmendar o povoo assy pessoas eclisiasticas come sagrãaes”, porque tanto entre uns como entre os outros, assim na cidade como no termo, “stam publicamente em alguuns pecados graves e nom temendo Deus nem avendo vergonha do povoo”, se deixavam “em elles publicamente perseverar e envelhecer e sua vida acabar”<sup>189</sup>.

A preocupação estava centrada nos pecados públicos, aqueles que eram notórios, que, de uma maneira geral, todos conheciam e, assim, por um lado, podiam ser mau exemplo que se reproduzia e por outro podiam ser objecto de escândalo para consciências mais delicadas. Os pecados do foro íntimo de cada um, aqueles que

<sup>186</sup> *Rey de Portugall e do Algarve*, p. 52; *Livro dos Pregos*, p. 260.

<sup>187</sup> Veja-se a legislação citada na nota 185.

<sup>188</sup> *Rey de Portugall e do Algarve*, p. 53; *Livro dos Pregos*, p. 260. Também a blasfémia não foi lembrada na primeira reunião. No entanto, ela era severissimamente punida pela lei civil. D. Dinis mandava que ao blasfemo fosse arrancada a língua pelo pescoço e depois queimado. Sofreu abrandamentos com D. Afonso IV e D. Afonso V, mas, ainda assim, ficou bastante severa. Vejam-se: *Livro das Leis e Posturas*. Pref. de Nuno Espinosa Gomes da Silva, leitura paleográfica e transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1971, p. 82 e também pp. 324-325; *Ordenações del-rei D. Duarte*, pp. 466-467. Vejam-se ainda, sobre o assunto, DUARTE, Luís Miguel – *Justiça e criminalidade*, pp. 358-359; DUARTE, Luís Miguel – “A boca do diabo”: a blasfémia e o direito penal português na Idade Média”. *Lusitania Sacra*. 2.<sup>a</sup> série, 4 (1992), pp. 61-62; MORENO, Humberto Baquero – “Injúrias e blasfémias proferidas pelo homem medieval na sua vida de relação social”. In *Tensões sociais em Portugal na Idade Média*. s.l.: Athena, s. d., pp. 81-112; GAUVARD, Claude – “De grace special”: crime, état et société en France à la fin du Moyen Âge. Paris: Publications de la Sorbonne, 1991, vol. I, pp. 441-442; vol. II, pp. 806-807.

<sup>189</sup> *Rey de Portugall e do Algarve*, pp. 52-53; *Livro dos Pregos*, pp. 259-260. Para tudo isto veja-se FARELO, Mário – “As procissões de 1385”, cit., pp. 49-63.

ninguém via, que ninguém conhecia, ou de que poucos davam conta, esses não perturbavam a cidade e, aparentemente, não ofendiam tanto a Deus ou, pelo menos, não provocavam os seus castigos.

De qualquer modo, os homens “honrados” de Lisboa, na altura, fizeram o que podiam e cabia dentro das suas competências: denunciaram os males e aplicaram as respectivas coimas aos infractores. Afinal, não tinham outros meios de persuasão nem podiam obrigar os seus concidadãos a mudar de vida. Possivelmente as decisões então tomadas tiveram o sucesso habitual, isto é, muito reduzido, como já atrás ficou lembrado<sup>190</sup>.

#### IV – CONCLUINDO: O JUÍZO DE DEUS

Para todos, portugueses como castelhanos, o que se passou naquela tarde de 14 de Agosto foi, efectivamente, um juízo de Deus que mostrou a razão que assistia aos portugueses e por isso eles podiam rejubilar. Não obstante saberem que as pazes não poderiam ser firmadas de imediato e haveria ainda, sem dúvida, outras refregas e sofrimentos, agora sabiam que Deus estava do seu lado. Podiam confiar. Mas não facilitar a infracção. Mas não consentir desregramentos. Mas não cometer o grave pecado de se mostrarem ingratos e consentirem no esquecimento. Por isso as numerosas acções de culto em louvor a Deus, à Virgem e outros Santos por quem consideravam ter sido auxiliados<sup>191</sup>. Por isso o reconhecimento de que o desfecho do prélio fora obra de Deus “da qual batalha a vitorya stava soo em na mão de Deus”; entre tantas graças recebidas a maior de todas foi esta que agora, por intermédio do rei, Deus quis mostrar “dando-lhe tam maravilhosa vitorya”, expressões que foram registadas no documento que venho analisando. Registadas para memória futura, para que o facto não viesse a cair no esquecimento<sup>192</sup>.

---

<sup>190</sup> Veja-se *Rey de Portugall e do Algarve*, doc. 82, p. 158.

<sup>191</sup> S. Vicente, S. Jorge e os Santos Mártires de Lisboa, como já atrás ficou visto.

<sup>192</sup> Documento que tenho vindo a citar. Sobre esta aceitação, em Portugal, de a batalha ter sido considerada um juízo de Deus, veja-se COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I*, pp. 79, 86.

Em Lisboa, os homens que tomaram estas providências, pensaram, talvez, que a sua iniciativa para aplacar a ira de Deus fora importante para o desfecho da batalha.

Naturalmente que em Castela foi o reverso da medalha. Um resultado tão estrondoso e, ainda para mais, tão rapidamente alcançado, não podia ser senão obra de Deus. Deus que não os apoiava, que se manifestara em seu desfavor. Vicente Ángel Álvarez de Palenzuela é muito claro: “Es Aljubarrota, a batalha<sup>193</sup> que ratifica el juicio de Diós en favor de João I<sup>194</sup>”.

Interiorizada esta “verdade” pelo rei castelhano e por certo por grande parte do seu povo, era óbvio que tal castigo se devia a grandes males anteriormente praticados, tanto pelo monarca como pelos seus súbditos. A família real vestiu luto, em público e em privado e, reunidas cortes em Valladolid, nesse mesmo ano de 1385, o rei explicou que esse luto não se devia apenas ao infausto resultado da batalha, mas também aos pecados que reconhecia perante todos: tolerara males e injustiças dos poderosos por todo o reino, costumes que sabia estarem profundamente arreigados na sociedade; lançara sobre o reino uma excessiva pressão fiscal, destinada aos custos da guerra. Mas, o que era pior, essa pressão não podia ser abrandada e subiria ainda por causa dos refugiados portugueses que teria de continuar a albergar. Tudo por culpa dos seus pecados<sup>195</sup>.

<sup>193</sup> Utilização do português e sublinhado do autor: ÁLVAREZ DE PALENZUELA, Vicente Ángel – “La internacionalización de los conflictos”, p. 697.

<sup>194</sup> ÁLVAREZ DE PALENZUELA, Vicente Ángel – “La internacionalización de los conflictos”, p. 697.

<sup>195</sup> ÁLVAREZ DE PALENZUELA, Vicente Ángel – “La internacionalización de los conflictos”, p. 697; OLIVERA SERRANO, César – “La memoria de Aljubarrota en Castilla”. In COELHO, Maria Helena da Cruz; GOMES, Saul António; REBELO, António Manuel Ribeiro (ed.) – *A guerra e a sociedade na Idade Média. Actas das VI Jornadas luso-espanholas de estudos medievais, 6, 7 e 8 de Novembro de 2008*. Vol. II. Campo Militar de S. Jorge – Porto de Mós – Alcobaça – Batalha: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, p. 282. Na verdade, muito ajudaram, na construção do desfecho de todo este processo, os erros cometidos da parte de Castela, antes, como durante a batalha. Podem ver-se, como exemplo: SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – “Portugal y España: vivencias comunes”. In FONSECA, Luís Adão da; AMARAL, Luís Carlos; SANTOS, Maria Fernanda Ferreira (coord.) – *Os reinos ibéricos na Idade Média. Livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Vol. II. Porto: Livraria Civilização Editora, 2003, p. 817; OLIVERA SERRANO, César – *Beatriz de Portugal: la pugna dinástica Avís – Trastámara*. Santiago de Compostela: CSIC - Xunta de Galicia - Instituto de Estudios Gallegos Padre Sarmiento, 2005, pp. 91 e seg; MONTEIRO, João Gouveia – “Interpretação”. In MONTEIRO, João Gouveia (coord.) – *Aljubarrota revisitada*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2001, pp. 233 e seg; MONTEIRO, João Gouveia – *Aljubarrota – 1385 – a batalha real*, pp. 105, 112-113.

Todavia, é bem sabido que as hostilidades continuaram. Muito demoraria ainda a reconstruir o que fora destruído. Muito sangue continuaria a correr e muita destruição haveria ainda de ser feita. Sabia-se isso dos dois lados da fronteira.

Procurava-se, cá como lá, o auxílio divino para o futuro. Aqui, com acções de graças e penalização dos pecados públicos; além com o reconhecimento das faltas passadas, ao menos por parte do rei. Só que acompanhado, esse reconhecimento, pela incapacidade de lhe pôr cobro<sup>196</sup>.

Do que não há dúvida, penso, é de que a batalha de Aljubarrota – ou Batalha Real, como queiram chamar-lhe – foi uma das mais decisivas da Idade Média. É a ela que nós, portugueses, devemos o facto de continuarmos a ser um povo independente, com identidade própria, com fronteiras longamente marcadas e estruturadas, que nem os futuros sessenta anos de governo comum puderam apagar. Mas não foi só dentro da Península que os seus efeitos se fizeram sentir. Como bem observou Peter Russel, também a Inglaterra teria sido seriamente afectada por uma ligação entre os poderosos exércitos castelhano e francês, agindo em conjunto<sup>197</sup>.

Se, como então parece ter sido geralmente aceite, a mão de Deus esteve por detrás deste acontecimento, essa mão agiu em favor de Portugal e sem dúvida infundiu ânimo nas mentes portuguesas de então.

Decisivo, para derrotar os medos.

---

<sup>196</sup> Ao menos no que se refere à carga fiscal, que o monarca castelhano reconhecia excessiva, OLIVERA SERRANO, César – “La memoria de Aljubarrota en Castilla”, cit., p. 283).

<sup>197</sup> RUSSEL, Peter – *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a guerra dos Cem Anos*. Trad. de Maria Ramos, rev. científica de J. Gouveia Monteiro. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000, p. 432.

## Referências Bibliográficas

### Fontes impressas

*Chancelarias portuguesas. D. João I.* Ed. por João José Alves Dias. Vol. I, t. 1 (1384-1385) e 2 (1385); vol. II, t. 1 (1385-1388). Lisboa: Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2004-2005.

*A conquista de Lisboa aos mouros (De expugnatione Lyxbonensi). Relato de um cruzado.* Ed. e tradução de Aires A. Nascimento, introd. de Maria João V. Branco, 3.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Nova Vega, 2018.

*Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira.* Preparação do texto e introdução de António Machado Faria. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1972.

DOM DUARTE – “Leal Conselheiro”. In *Obras dos Príncipes de Avis*. Introd. e rev. de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1981, pp. 233-442.

*Livro das Leis e Posturas.* Pref. de Nuno Espinosa Gomes da Silva, leitura paleográfica e transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1971.

*Livro das Posturas Antigas.* Leitura paleográfica e transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974.

*Livro dos Pregos.* Transcrição, sumários e índices de Miguel Gomes Martins e Sara Menezes Loureiro. [Lisboa]: Câmara Municipal de Lisboa, 2016.

LOPES, Fernão - *Crónica de D. João I.* Pref. por António Sérgio, ed. por M. Lopes de Almeida e A. de Magalhães Basto, vol. I e II. Porto: Civilização, s. d..

LOPES, Fernão – *Crónica do senhor rei dom Fernando nono rei destes reinos.* Introd. de Salvador Dias Arnaut. Porto: Civilização, 1966.

“Noticia da fundação do mosteiro de S. Vicente”. In *A conquista de Lisboa aos mouros (De expugnatione Lyxbonensi). Relato de um cruzado.* Ed. e tradução de Aires A. Nascimento, introd. de Maria João V. Branco, 3.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Nova Vega, 2018, pp. 178-202.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, t. I. Lisboa: Tip. Universal, 1885.

*Ordenações Afonsinas.* Nota de apresentação por Mário Júlio de Almeida Costa, nota textológica por Eduardo Borges Nunes, liv. II e V. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

*Ordenações del-rei D. Duarte.* Ed. preparada por Martim de Albuquerque e Eduardo Borges Nunes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.



*Ordenações Manuelinas*. Nota de apresentação por Mário Júlio de Almeida Costa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

PEREZ, Martim – “O penitencial de Martim Pérez em medievo-português”, ed. por Mário Martins. In *Lusitania Sacra* 2 (1957), pp. 57-110.

*Rey de Portugall e do Algarve, senhor de Çepta. Livros I e II de D. João I (1384-1433)*. Introdução, transcrição e índices de Miguel Gomes Martins. [Lisboa]: Câmara Municipal de Lisboa, 2010.

*Synodicon Hispanum*. Dirig. por Antonio García y García. Vol. II – *Portugal*. Por Francisco Cantelar Rodríguez, Avelino de Jesus da Costa, Antonio García y García, Antonio Gutiérrez Rodríguez e Isaías da Rosa Pereira. Madrid: BAC, 1982.

*Tratado de confissom (Chaves, 8 de Agosto de 1489)*. Leitura diplomática e estudo bibliográfico por José V. de Pina Martins. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973.

## Estudos

ALLMAND, Christopher – “La guerra y los no combatientes en la Edad Media”. In KEEN, Maurice (ed.) – *Historia de la guerra en la Edad Media*. Trad. de Asunción Rodríguez Guzmán. Madrid: Antonio Machado, 2005, pp. 323-346.

ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. 2.<sup>a</sup> ed., org. por Damião Peres, vol. I. Porto: Portucalense Editora, 1967.

ÁLVAREZ DE PALENZUELA, Vicente Ángel – “La internacionalización de los conflictos”. In ÁLVAREZ DE PALENZUELA, Vicente Ángel (coord.) – *Historia de España de la Edad Media*. Barcelona: Ariel, 2002, pp. 687-705.

ÁLVAREZ DE PALENZUELA, Vicente Ángel – “Una divina retribución: la batalla de Toro en la mentalidad castellana”. In COELHO, Maria Helena da Cruz; GOMES, Saul António; REBELO, António Manuel Ribeiro (ed.) – *A guerra e a sociedade na Idade Média. Actas das VI Jornadas luso-espanholas de estudos medievais, 6, 7 e 8 de Novembro de 2008*. Vol. I. Campo Militar de S. Jorge – Porto de Mós – Alcobaça – Batalha: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, pp. 35-55.

ARAÚJO, Renata de – *Lisboa: a cidade e o espectáculo na época dos Descobrimentos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

ARIÈS, Philippe – “Richesse et pauvreté dans la mort au Moyen Âge”. In *Essais sur l'histoire de la mort en Occident du Moyen Âge a nos jours*. [Paris]: Éd. Le Seuil, 1975, pp. 85-103.

ARIÈS, Philippe – *L'homme devant la mort*. Paris: Éd. Le Seuil, 1977.

ARRANZ GUSMÁN, Ana – “La plenitud medieval (siglos XI-XIII)”. In NIETO SORIA, José Manuel (coord.) – *Europa en la Edad Media*. Madrid: Akal, 2016, pp. 171-387.

AZEVEDO, Rui Pinto de – “Compromisso da confraria do Espírito Santo de Benavente”. *Lusitania Sacra* 6 (1962-1963), pp. 7-23.

BALEIRAS, Isabel de Pina – *Uma rainha inesperada: Leonor Teles*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2012.

BARBOSA, Pedro Gomes – *A conquista de Lisboa – 1147 – a cidade reconquistada aos mouros*. Lisboa: Tribuna da História, 2004.

BARBOSA, Pedro Gomes; GOUVEIA, Alexandre Patrício – *A Batalha de Trancoso (1385): a vitória dos nobres da Beira*. Lisboa: Arcádia, 2013.

BASTOS, Maria do Rosário – “Prescrições sinodais sobre o culto dos mortos nos séculos XIII a XVI”. In MATTOSO, José (dir.) – *O reino dos mortos na Idade Média Peninsular*. Lisboa: João Sá da Costa, 1996, pp. 109-124.

BOQUET, Damien; NAGY, Piroska – *Sensible Moyen Âge: une histoire de les emotions dans l’Occident medieval*. Paris: Éd. Le Seuil, 2015.

BRANCO, Maria João – “A conquista de Lisboa revisitada”. *Arqueologia medieval* 7 (2001), pp. 217-234.

CAETANO, Marcello – “O concelho de Lisboa na crise de 1383-1385”. In *A crise nacional de 1383-1385. Subsídios para o seu estudo*. Lisboa – S. Paulo: Verbo, s. d., pp. 123-207.

CAETANO, Marcello – “As cortes de 1385”. In *A crise nacional de 1383-1385. Subsídios para o seu estudo*. Lisboa – S. Paulo: Verbo, s. d., pp. 7-122.

CARDINI, Franco – *Magía, brujería y superstición en el Occidente medieval*. Trad. de Antonio-Prometeo Moya. Barcelona: Ediciones Península, 1982.

CARMONA, Juan Ignacio – *Crónica urbana del malvivir (s. XIV-XVII). Insalubridad, desamparo y hambre en Sevilla*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2000.

CATARINO, Maria Manuela – “A fome e a abundância: Lisboa cercada na prosa de Fernão Lopes”. In *A nova Lisboa medieval. Actas do I Encontro*. Lisboa: Ed. Colibri, 2005, pp. 111-120.

COELHO, António Borges – “Lisboa nos dois primeiros séculos após a “Reconquista””. *Arqueologia medieval* 7 (2001), pp. 235-242.

COELHO, Maria Helena da Cruz – *Festa e sociabilidade na Idade Média*. Coimbra: Delegação do Inatel - Assoc. para o Desenvolvimento e Defesa da Alta de Coimbra, 1994.

COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I, o que re-colheu Boa Memória*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.

COELHO, Maria Helena da Cruz – “No rasto da guerra – o antes e o depois”. In COELHO, Maria Helena da Cruz; GOMES, Saul António; REBELO, António Manuel Ribeiro (ed.) – *A guerra e a sociedade na Idade Média. Actas das VI Jornadas luso-espanholas de estudos medievais, 6, 7 e 8 de Novembro de 2008*. Vol. I. Campo Militar de S. Jorge – Porto de Mós – Alcobaça – Batalha: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, pp. 287-306.

COELHO, Maria Helena da Cruz – “A festa – a convivialidade”. In MATTOSO, José (dir.) – *História da vida privada em Portugal*. Vol. I – *A Idade Média*. Coord. por Bernardo Vasconcelos e Sousa. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2010, pp. 144-169.

COSTA, Avelino de Jesus da – “A Virgem Maria padroeira de Portugal na Idade Média”. *Lusitania Sacra* 2 (1957), pp. 7-49.

DELUMEAU, Jean – *La peur en Occident (XIV<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècles). Une cite assiégé*. Paris: Fayard, 1978.

DÍEZ IBÁÑEZ, Jorge – “Crisis y transformaciones (siglos XIV-XV)”. In NIETO SORIA, José Manuel (coord.) – *Europa en la Edad Media*. Madrid: Akal, 2016, pp. 389-556.

DUARTE, Luís Miguel – ““A boca do diabo”: a blasfémia e o direito penal português na Idade Média”. *Lusitania Sacra*. 2.<sup>a</sup> série, 4 (1992), pp. 61-82.

DUARTE, Luís Miguel – *Justiça e criminalidade no Portugal medievo (1459-1481)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - JNICT, 1999.

DUARTE, Luís Miguel – “A marinha de guerra portuguesa”. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) – *Nova história militar de Portugal*. Vol. I. Coord. por José Mattoso. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2003, pp. 290-346.

DUARTE, Luís Miguel – *D. Duarte: requiem por um rei triste*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.

DUARTE, Luís Miguel – *Aljubarrota: crónica dos anos de brasa. 1383-1389*. Matosinhos-Lisboa: QuidNovi, 2007.

FARELO, Mário – “As procissões de 1385 na “muy nobre e sempre leal cidade de Lisboa”. In TAVARES, Rui (dir.) – *Portugal, uma retrospectiva – 1385*. Lisboa: Tinta da China, 2019, pp. 49-63.

FERNÁNDEZ CONDE, Javier – *La religiosidad medieval en España. Plena Edad Media (ss. XI-XIII)*. Gijón – Oviedo: Ediciones Trea, 2005.

FERNÁNDEZ CONDE, Javier – *La religiosidad medieval en España. Baja Edad Media*. Gijón: Ediciones Trea, 2011.

FERREIRA, Isabel Sabido – “Ingleses e castelhanos (Crónica de D. Fernando)”. In AMADO, Teresa (coord.) – *A guerra até 1450*. Lisboa: Quimera, 1994, pp. 459-471.

FERRO, Maria José Pimenta – “A revolta dos mesteirais de 1383”. In *Actas das III Jornadas arqueológicas*. Vol. I. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1978, pp. 359-383.

GAMEIRO, Odília Alves – “Sociologia e geografia do culto medieval dos Santos Mártires de Lisboa”. In KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís (coord.) – *Lisboa medieval: os rostos da cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 371-387.

GAUVARD, Claude – “*De grace special*”: crime, état et société en France à la fin du Moyen Âge. Vol. I e II. Paris: Publications de la Sorbonne, 1991.

GAUVIN, Claude – “La Fête Dieu et le théâtre en Angleterre au XV<sup>e</sup> siècle”. In JACQUOT, Jean; KONIGSON, Elie (dir.) – *Les fêtes de la Renaissance*. T. III. Paris: Éd. du C.N.R.S., 1975, pp. 439-449.

GOMES, Rita Costa – *D. Fernando*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.

GONÇALVES, Iria – “Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia”. In *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, pp. 11-60.

GONÇALVES, Iria – “As festas do *Corpus Christi* do Porto na segunda metade do século XV: a participação do concelho”. In *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, pp. 153-176.

GONÇALVES, Iria – “Posturas municipais e vida urbana na Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa”. In *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, pp. 77-95.

GONÇALVES, Iria – “Na Ribeira de Lisboa em finais da Idade Média”. In *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, pp. 61-75.

GOUVEIA, Alexandre Patrício, v. BARBOSA, Pedro Gomes.

GOUVEIA, António Camões – “Procissões”. In AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.) – *História religiosa de Portugal*. Vol. 2 – *Humanismos e Reformas*. Coord. por João Francisco Marques e António Camões Gouveia. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, pp. 334-345.

GUENÉE, Bernard – *L'Occident aux XIV<sup>e</sup> et XV<sup>e</sup> siècles: Les États*. Paris: Presses Universitaires de France, 1971.

HEERS, Jacques – *Fêtes, jeux et joutes dans les sociétés d'Occident au Moyen Âge*, Montreal – Paris: Institut d'études médiévales, 1982.

HERCULANO, Alexandre – “Crenças populares portuguesas ou superstições populares”. In *Opúsculos*. T. IX - *Literatura*, t. I, 3.<sup>a</sup> ed. Lisboa - Rio de Janeiro: Bertrand - Francisco Alves, 1898, pp. 155-183.

HUIZINGA, Johan – *O declínio da Idade Média*. Trad. de Augusto Abelaira. Lisboa – Rio de Janeiro: Ulisseia, s. d.

KIECKHEFER, Richard – *A magia na Idade Média*. Trad. de Maria José Figueiredo. Lisboa: Temas e Debates, 2002.

LABBÉ, Thomas – *Les catastrophes naturelles au Moyen Âge. XII<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècles*. Paris: Éditions C.N.R.S., 2017.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel – *Ciudades de la España medieval. Introducción a su estudio*. Madrid: Dykinson, 2010.

LE GOFF, Jacques – *La civilization de l'Occident medieval*. [Paris]: Arthaud, 1972.

LE GOFF, Jacques - “O maravilhoso no Ocidente medieval”. In *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente medieval*. Trad. de José António Pinto Ribeiro. Lisboa: Ed. 70, 1985, pp. 19-37.

LEGUAY, Jean-Pierre – “La laideur de la rue polluée à la fin du Moyen Âge. “Immondicités, fiens et bouillons” accumulés sur les chaussées des villes du royaume de France et des grands fiefs au XV<sup>ème</sup> siècle”. In *Le beau et le laid au Moyen Âge. Colloque du CUERMA*. Aix-en-Provence: Presses Universitaires de la Provence, 2000, pp. 299-318.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à história da agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*, 3.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Ed. Cosmos, 1978.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Vol. IV de *Nova História de Portugal*. Dir. A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão. Lisboa: Ed. Presença, 1987.

MARQUES, A. H. de Oliveira – “Lisboa”. In MARQUES, A. H. de Oliveira; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar (coord.) - *Atlas de cidades medievais portuguesas (séculos XII-XV)*. Vol. I. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, pp. 55-60.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos de vida quotidiana*. 6.<sup>a</sup> ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.

MARQUES, João Francisco – “A pregação medieval portuguesa”. In FONSECA, Luís Adão da; AMARAL, Luís Carlos; SANTOS, Maria Fernanda Ferreira (coord.) – *Os reinos ibéricos na Idade Média. Livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Vol. II. Porto: Livraria Civilização Editora, 2003, pp. 599-621.

MARTINS, Armando Alberto – *Guerras fernandinas: 1369/1382*. Matosinhos - Lisboa: QuidNovi, 2008.

MARTINS, Armando Alberto – *D. Beatriz, a princesa enjeitada (1373-1420)*. Vila do Conde: QuidNovi, 2011.

MARTINS, Miguel Gomes – *Lisboa e a guerra (1367/1411)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

MARTINS, Miguel Gomes – “*Ficou aquela terra estragada que maravilhosamente era de ver: guerra e paisagem no Portugal medieval (1336-1400)*”. In GONÇALVES, Iria (coord.) – *Paisagens rurais e urbanas: fontes, metodologias, problemáticas. Actas das segundas jornadas*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2006, pp. 125-146.

MARTINS, Miguel Gomes – *A vitória do quarto cavaleiro: o cerco de Lisboa de 1384*. Lisboa: Prefácio, 2006.

MATTOSO, José – “A cidade medieval na perspectiva da história das mentalidades”. In *Cidades e história. Ciclo de conferências promovido pelo serviço de Belas-Artes em Novembro de 1987*. [Lisboa]: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992, pp. 21-33.

MATTOSO, José – “Os rituais da morte na liturgia hispânica dos séculos VI a XI”. In MATTOSO, José (dir.) – *O reino dos mortos na Idade Média Peninsular*. Lisboa: João Sá da Costa, 1996, pp. 55-74.

MITRE FERNÁNDEZ, Emílio – *Desprecio del mundo y alegría de vivir en la Edad Media*. Madrid: Editorial Trotta, 2017.

MOLINA MOLINA, Ángel Luis – “Estampas medievales murcianas desde la romántica caballerescas, caza y fiesta à la predicación, procesión y romería”. In *Fiestas, juegos y espectáculos en la España medieval. Actas del VII Curso de cultura medieval celebrado en Aguilar de Campoo (Palencia) del 18 al 21 de septiembre de 1995*. Aguilar de Campoo – Madrid: Polifemo, 1999, pp. 33-63.

MOLLAT, Michel – “Les formes populaires de la piété: introduction au colloque sur la piété populaire”. In *La piété populaire au Moyen Âge. Actes du 99<sup>e</sup> Congrès national des Sociétés Savantes, Besançon, 1974*. T. I. Paris: Bibliothèque nationale, 1977, pp. 7-25.

MONTEIRO, Armando da Silva Saturnino – *Batalhas e combates da marinha portuguesa*. Vol. I - 1139-1521. Lisboa: Sá da Costa, 1989.

MONTEIRO, João Gouveia – *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Ed. Notícias, 1998.

MONTEIRO, João Gouveia – *Armeiros e armazéns nos finais da Idade Média*. Viseu: Palimage, 2001.

MONTEIRO, João Gouveia – “Interpretação”. In MONTEIRO, João Gouveia (coord.) – *Aljubarrota revisitada*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2001, pp. 193-286.

MONTEIRO, João Gouveia – *Aljubarrota, 1385: a batalha real*. Lisboa: Tribuna da História, 2003.

MONTEIRO, João Gouveia – “As campanhas que fizeram história”. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) – *Nova história militar de Portugal*. Vol. I. Coord. José Mattoso. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2003, pp. 245-285.

MONTEIRO, João Gouveia – “Estratégia e tática militares”. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) – *Nova história militar de Portugal*. Vol. I, coord. José Mattoso. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2003, pp. 216-244.

MORENO, Humberto Baquero – “A feitiçaria em Portugal no século XV”. In *Marginalidade e conflitos sociais em Portugal nos séculos XIV e XV. Estudos de história*. Lisboa: Ed. Presença, 1985, pp. 61-78.

MORENO, Humberto Baquero – “Injúrias e blasfémias proferidas pelo homem medieval na sua vida de relação social”. In *Tensões sociais em Portugal na Idade Média*. s. l.: Athena, s. d., pp. 81-112.

MOUNIER-KUHN, Alain – *Chirurgie de guerre: le cas du Moyen Âge*. Paris: Economica, 2006.

NAGY, Piroska, v. BOQUET, Damien.

NARBONA VIZCAÍNO, Rafael – “Tras los rastros de la cultura popular: hechicería, supersticiones y curanderismo en la Valencia medieval”. *Edad Media* 1 (1998), pp. 91-110.

OLIVEIRA, António Resende de – “A sexualidade”. In MATTOSO, José (dir.) - *História da vida privada em Portugal*. Vol. I - *A Idade Média*. Coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2010, pp. 324-347.

OLIVERA SERRANO, César – *Beatriz de Portugal: la pugna dinástica Avís – Trastámara*. Santiago de Compostela: CSIC - Xunta de Galicia - Instituto de Estudios Gallegos Padre Sarmiento, 2005.

OLIVERA SERRANO, César – “La memoria de Aljubarrota en Castilla”. In COELHO, Maria Helena da Cruz; GOMES, Saul António; REBELO, António Manuel Ribeiro (ed.) – *A guerra e a sociedade na Idade Média. Actas das VI Jornadas luso-espanholas de estudos medievais, 6, 7 e 8 de Novembro de 2008*. Vol. II. Campo Militar de S. Jorge – Porto de Mós – Alcobaça – Batalha: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, pp. 277-294.

PAIVA, José Pedro – “A magia e a bruxaria”. In AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.) – *História religiosa de Portugal*. Vol. 2 – *Humanismos e Reformas*. Coord. por João

Francisco Marques e António Camões Gouveia. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, pp. 369-375.

PALOU, Jean – *A feitiçaria*. Trad. de Edith Soares. Lisboa: Via Editora, 1978.

PAUL, Jacques – *El Cristianismo occidental en la Edad Media. Siglos IV-XV*. Trad. de Julia Climent. Valencia: Pub. Universitat Valencia, 2014.

PEREIRA, Maria Teresa Lopes – *Alcácer do Sal na Idade Média*. Lisboa: Colibri, 2000.

PRADALIÉ, Gérard – *Lisboa da Reconquista ao fim do século XIII*. Trad. de Maria Teresa Campos Rodrigues. Lisboa: Palas Editores, 1975.

RAPP, Francis – *L'Église et la vie religieuse en Occident à la fin du Moyen Âge*. Paris: Presses Universitaires de France, 1971.

RIBEIRO, Orlando - “Em torno da estrutura de Lisboa”. In *Opúsculos geográficos*. Vol. V - *Temas urbanos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, pp. 65-69.

RIBEIRO, Orlando - “Le site et la croissance de Lisbonne”. In *Opúsculos geográficos*. Vol. V - *Temas urbanos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, pp. 29-37.

ROSA, Maria de Lurdes – “Por detrás de Santiago e das feridas bélicas: mitologias perdidas da função guerreira”. In COELHO, Maria Helena da Cruz; GOMES, Saul António; REBELO, António Manuel Ribeiro (ed.) – *A guerra e a sociedade na Idade Média. Actas das VI Jornadas luso-espanholas de estudos medievais, 6, 7 e 8 de Novembro de 2008*. Vol. II. Campo Militar de S. Jorge – Porto de Mós – Alcobaça – Batalha: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, pp. 383-404.

ROSA, Maria de Lurdes – “Sagrado, devoções e religiosidade”. In MATTOSO, José (dir.) - *História da vida privada em Portugal*. Vol. I - *A Idade Média*. Coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2010, pp. 376-401.

RUBIO GARCÍA, Luis – *La procesión del Corpus en el siglo XV en Murcia y religiosidad medieval*. Múrcia: Academia Alfonso X El Sabio, 1983.

RUSSEL, Peter – *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a guerra dos Cem Anos*. Trad. de Maria Ramos, rev. científica de J. Gouveia Monteiro. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000.

SÁNCHEZ HERRERO, José – *Cádiz. La ciudad medieval y cristiana (1260-1525)*. 2.<sup>a</sup> ed. Córdoba: Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Córdoba, 1986.

SARAIVA, António José – *História da cultura em Portugal*. Vol. I. Lisboa: Jornal do Fôro, 1950.

SCHMITT, Jean Claude – *História das superstições*. Trad. de Luís Serrão. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1997.



SEQUEIRA, Gustavo de Matos – “A cidade medieval”. In SEQUEIRA, Gustavo de Matos (dir.) – *Lisboa, oito séculos de história*. Vol. I. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1947, pp. 167-200.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos – “A epopeia de Lisboa”. In SEQUEIRA, Gustavo de Matos (dir.) – *Lisboa, oito séculos de história*. Vol. I. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1947, pp. 201-237.

SILVA, A. Vieira da – *A cerca moura de Lisboa. Estudo histórico descritivo*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1939.

SILVA, A. Vieira da – *As muralhas da Ribeira de Lisboa*. 2.<sup>a</sup> ed., vols. I e II. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1940-1941.

SILVA, A. Vieira da – *A cerca fernandina de Lisboa*. Vols. I e II. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1948-1949.

SILVA, A. Vieira da – “A acção do castelo de Lisboa nas guerras e revoluções em Portugal”. In *Dispersos*. Vol. I. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1954, pp. 141-156.

SILVA, A. Vieira da – “Os limites de Lisboa”. In *Dispersos*. *Dispersos*. Vol. I. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1954, pp. 55-103.

SILVA, Maria João Violante Branco Marques da – “A procissão na cidade: reflexões em torno da festa do Corpo de Deus na Idade Média portuguesa”. In TAVARES, Maria José Ferro (coord.) – *A cidade: Jornadas inter e pluridisciplinares*. Lisboa: Universidade Aberta, 1993, pp. 195-217.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – “Portugal y España: vivencias comunes”. In FONSECA, Luís Adão da; AMARAL, Luís Carlos; SANTOS, Maria Fernanda Ferreira (coord.) – *Os reinos ibéricos na Idade Média. Livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Vol. II. Porto: Livraria Civilização Editora, 2003, pp. 815-819.

TAVARES, Maria José Ferro – “A nobreza no reinado de D. Fernando: sua actuação em 1383-1385”. Sep. de *Revista de História Económica e Social*, 1984.

TAVARES, Maria José Ferro – *Fernando e Leonor: um reinado (mal)dito*. Lisboa: Chiado Editora, 2013.

VALDEÓN BARUQUE, Julio – “Reflexiones sobre la cultura popular en la Edad Media”. *Edad Media* 1 (1998), pp. 15-28.

VAUCHEZ, André – *La spiritualité du Moyen Âge occidental. VIII<sup>e</sup>-XII<sup>e</sup> siècles*. [Paris]: Presses Universitaires de France, 1975.

VAUCHEZ, André – “La piété populaire au Moyen Âge: état des travaux et position des problèmes”. In *La piété populaire au Moyen Âge. Actes du 99<sup>e</sup> Congrès national*

*des Sociétés Savantes, Besançon, 1974. T. I. Paris: Bibliothèque nationale, 1977, pp. 27-42.*

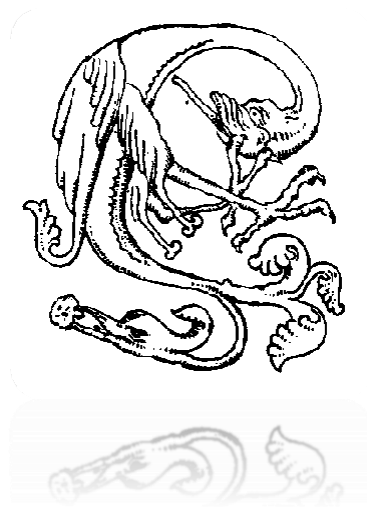
VENTURA, Margarida Garcez – *O Messias de Lisboa: um estudo de mitologia política (1383-1415)*. Lisboa: Cosmos, 1992.

VINCENT, Catherine – *Église et société en Occident XIII<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècles*. Paris: Armand Collin, 2009.

WOLFF, Philippe – *Automne du Moyen Âge ou Printemps des temps nouveau? L'économie européenne aux XIV<sup>e</sup> et XV<sup>e</sup> siècles*. Paris: Aubier, 1986.

#### COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

GONÇALVES, Iria – “No rasto da Guerra: exorcizar o medo na Lisboa de finais de Trezentos”. *Medievalista* 34 (Julho – Dezembro 2023), pp. 15-80. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt/>.



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição - Não Comercial 4.0 Internacional**.